



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 28/2023, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO E A EMPRESA REFORMAR
ELEVADORES LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE, Autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida da Arquitetura, s/n, Campus Joaquim Amazonas, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1, de 10 de outubro de 2019, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Reformar Elevadores Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.633.171/0001-28, sediada na Avenida Lauro de Freitas, nº 142, Sala E06, Centro, Vitória da Conquista/BA, CEP: 45000-230, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Wagner Alves dos Santos, Sócio Administrador, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.044272/2020-54 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 13/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva, e corretiva, dos ELEVADORES DE PASSAGEIROS E PLATAFORMAS DE ACESSIBILIDADE instalados em prédios do Campus Recife, Campus Vitória de Santo Antão e do Campus Caruaru da UFPE, abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, ferramental, equipamentos, insumos, materiais de reposição imediata, fornecimento de peças e componentes genuínos, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MÃO DE OBRA R\$	PEÇAS, LUBRIFICANTES E COMPONENTES (ACESSÓRIOS) R\$	PREÇO UNITÁRIO MENSAL R\$			PREÇO TOTAL ANUAL R\$
							SEM BDI	BDI	COM BDI	
1	2	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com capacidade de 10 pessoas (750 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	UND / MÊS	12	1.000,00	661,65	1.661,65	374,86	2.036,51	24.438,12
1	3	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo MCP7S, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CAA - Bloco K (Pós Graduação), UFPE - Caruaru.	UND / MÊS	12	1.000,00	547,00	1.547,00	349,00	1.896,00	22.752,00
1	4	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	UND / MÊS	12	1.200,00	668,00	1.868,00	421,41	2.289,41	27.472,92
1	7	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	UND / MÊS	12	1.200,00	668,00	1.868,00	421,41	2.289,41	27.472,92
VALOR GLOBAL							8.511,33			102.135,96

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 10 /07 /2023 e encerramento em 10 / 07 / 2024, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 8.511,33 (oito mil, quinhentos e onze reais e trinta e três centavos), perfazendo o valor global de R\$ 102.135,96 (cento e dois mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15233/153095

Fonte: Tesouro/ Próprio

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior no Estado de Pernambuco

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica

PI: M0028G0123N

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 18 do Termo de Referência (Anexo I) e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no item 19 do Termo de Referência (Anexo I).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do item 20 do Termo de Referência (Anexo I).

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 11 e 12 do Termo de Referência (Anexo I).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 21 do Termo de Referência (Anexo I).

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da INSEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. Para o objeto ou para a parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, e a aquiescência de que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

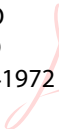
16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO


17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Pernambuco - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Recife, 05 de Junho de 2023.

ALFREDO		Assinado de forma	
MACEDO		digital por ALFREDO	
GOMES:41972		MACEDO	GOMES:41972074415
074415		Dados: 2023.06.05	16:26:51 -03'00'

Responsável legal da CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
 **WAGNER ALVES DOS SANTOS**
Data: 02/06/2023 11:03:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2 –

Anexos do Termo de Contrato:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta da Empresa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º 23076.044272/2020-54)

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva, e corretiva, dos ELEVADORES DE PASSAGEIROS E PLATAFORMAS DE ACESSIBILIDADE instalados em prédios do Campus Recife, Campus Vitória de Santo Antão e do Campus Caruaru da UFPE, abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, ferramental, equipamentos, insumos, materiais de reposição imediata, fornecimento de peças e componentes genuínos, mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço, por grupos sob o regime de empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO	ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	2	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com capacidade de 10 pessoas (750 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 2.036,67	R\$ 24.440,00
	3	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo MCP7S, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CAA - Bloco K (Pós Graduação), UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 1.896,67	R\$ 22.760,00
	4	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 2.290,00	R\$ 27.480,00
	7	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 2.290,00	R\$ 27.480,00

1	Valor Total por Grupo					R\$ 8.513,33	R\$102.160,00
2	1	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Ortobras, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CCEN - Departamento de Estatística, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.573,33	R\$ 18.880,00
	5	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 02 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00
	6	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 03 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.593,33	R\$ 19.120,00
	8	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Orona, com capacidade para transporte de 8 pessoas (630 kg) e com 02 paradas. CNTM. UFPE- Recife	Und	12	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00
	9	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Orona, com capacidade para transporte de 8 pessoas (kg) e com 03 paradas. CCM. UFPE. Recife	Und.	12	R\$ 1.644,33	R\$ 19.732,00
	10	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp, com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 03 paradas. CAC - Design, UFPE - Recife.	Und.	12	R\$ 1.256,67	R\$ 15.080,00
	11	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp, modelo VEH 40, com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 02 paradas. Cin - Bloco E (Módulo 4), UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.066,67	R\$ 12.800,00
	12	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Hidráulica, com capacidade para transporte de 2 pessoas (225 kg) e com 02 paradas. CAV. UFPE- Vitória	Und.	12	R\$ 1.206,67	R\$ 14.480,00
	13	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Hidráulico Modelo UR-HD, com capacidade de 3 pessoas (225 kg), 02 paradas e velocidade de 0.25 m/s. CAP- Colégio de Aplicação. UFPE- Recife	Und	12	R\$ 1.153,33	R\$ 13.840,00
	14	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp, com capacidade para	Und	12	R\$ 1.066,67	R\$ 12.800,00

		transporte de 2 pessoas (400 kg) e com 02 paradas. CEERMA, UFPE - Recife.				
	Valor Total por Grupo				R\$ 13.461,00	R\$ 161.532,00
	Valor Total					R\$ 263.692,00

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima, que foram especificados com todas as características necessárias ao atendimento das necessidades da UFPE, devendo atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço, por grupos. Será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, tendo em vista que os valores serão fixos por equipamento, a serem pagos mensalmente. Considerando as características dos serviços a serem contratados, definidos pelos tipos de equipamentos como elevador de passageiros ou mini elevador de carga ou plataforma de acessibilidade, por apresentarem componentes e funcionamentos diferentes entre si, escolheu-se o não parcelamento dos itens, agrupando-os de acordo com a localidade onde se encontra instalado; buscando uma economia de escala. Por fim, deve-se considerar que tal agrupamento contribuirá na organização administrativa de gerir os contratos de acordo com suas características funcionais, marcas e localidade.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. O prazo de execução dos serviços deve observar o previsto no Anexo III do ETP – Modo de Execução do Objeto.

1.7. Os serviços ora pleiteados, serão prestados nos endereços abaixo relacionados (especificados em detalhe no anexo I – ETP):

- Campus Joaquim Amazonas, Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-901.
- Centro Acadêmico de Vitória, Rua Alto do Reservatório, Alto José Leal, Vitória de Santo Antão, PE, 55608-680.
- Centro Acadêmico do Agreste, Av. Marielle Franco, s/n - Km 59 - Nova, PE, 55014-900

1.8. O código CATSER referente ao objeto a ser licitado é o 3557.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que serão objetivamente definidos neste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo, por meio de especificações usuais no mercado. Em atenção ao previsto na lei nº10.520/02 e Decreto nº10.024/19.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção de elevadores.

5.1.2. Visando atender à necessidade pública da UFPE, ratificam-se os serviços a serem contratados como sendo de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº 05 /2017).

5.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em objeto de execução indireta por se referirem a atividades materiais instrumentais à área de competência legal da UFPE, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.4. Recomenda-se a contratação inicial por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir do recebimento da ordem de serviço. O prazo de vigência pode ser prorrogado por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, como permite o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, mediante assinatura do Termo Aditivo, não obstante a possibilidade de prorrogação desse prazo em consonância com jurisprudência já pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União (Acórdãos 1.467/2004 – 1ª Câmara; 1.626 /2007-Plenário; 1.259/2010-Plenário; 5.820/2011 – 2ª Câmara; e 490/2012-Plenário).

5.1.5. A prorrogação contratual só deve se efetivar se precedida de avaliação técnica e econômica, iniciada no mês anterior ao antepenúltimo da contratação vigente, que comprove a vantajosidade na continuidade da prestação dos serviços pela empresa contratada.

5.1.6. Em se optando pela prorrogação contratual, deve-se observar as regras para reajuste estipuladas pelo art. 61 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, a constarem do Termo do Contrato, em minuta anexa ao edital licitatório.

- 5.1.7. Conforme preceituado pela alínea “a” do subitem 2.4 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, o disposto neste item deverá ser transcrito para item homônimo neste Termo de Referência a ser elaborado, no que couber.
- 5.1.8. O edital licitatório conterá as regras para participação no certame eletrônico.
- 5.1.9. O edital licitatório elencará a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, e à qualificação econômico-financeira, além da qualificação técnica abaixo descrita, bem como o modo, a forma e o momento do certame em que deverá ser apresentada.
- 5.1.10. Não há necessidade de transação contratual com transferência de informações da atual prestadora de serviços para a futura contratada por se tratar de serviços de natureza técnica comum às empresas que possuam habilitação técnica para manutenção de elevadores.
- 5.1.11. Trata-se de serviço comum que não possui características que possam restringir a concorrência.
- 5.1.12. A qualificação técnica dos licitantes deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 5.1.13. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço
- 5.1.14. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados (alínea “b” do subitem 10.6 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).
- 5.1.15. A comprovação de que trata este item dar-se-á por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente da licitante, pelo(s) profissional(is) ao(aos) qual(is) se refere o subitem do ETP, cujas parcelas de maior relevância técnica para cada grupo são indicadas a seguir:
- 5.1.16. Grupo 01 – Manutenção no prazo de 1 (um) ano em 2 (dois) elevadores acima de 3 (três) paradas e com capacidade de carga igual ou superior a 900kg.
- 5.1.17. Grupo 2 – Manutenção no prazo de 1 (um) ano em 3 (três) elevadores acima de 2 (duas) paradas e com capacidade de carga igual ou superior a 375kg.
- 5.1.18. Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (subitem 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).
- 5.1.19. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação (subitem 10.9 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).
- 5.1.20. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços (subitem 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).
- 5.1.21. Designação assinada pelo representante legal da licitante, indicando responsável(is) técnico(s) pertencente(s) ao quadro permanente do licitante na data prevista para a abertura do certame, habilitado(s) pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos.

- 5.1.22. O responsável técnico deverá possuir título de Engenheiro Eletricista ou Mecânico, conforme os artigos 8 e 12 da resolução nº 218/73 do CONFEA, o qual estabelece que a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de máquinas elétricas e equipamentos eletromecânicos, como Elevadores é atribuição de engenheiros eletricitas e mecânicos.
- 5.1.23. Entende-se, para os fins exigidos, como pertencente ao quadro permanente:
1. Profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
 2. Prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
 3. Empregado;
 4. Sócio;
 5. Diretor.
- 5.1.24. A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) far-se-á por meio dos seguintes documentos:
1. Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
 2. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
 3. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 4. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
 5. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.
- 5.1.25. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.
- 5.1.26. Faculta-se ao licitante realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, no horário de segunda a sexta de 8h às 12h ou de 13h às 17h, até o segundo dia útil anterior à abertura da licitação, agendando-a previamente com a Gerência de Máquinas e Equipamentos DMC/SINFRA, por meio dos contatos: gme.sinfra@ufpe.br ou 2126-8079.
- 5.1.27. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante de que a empresa que prestar serviço em relação ao grupo 02 do item 1.1 possui ou instalará escritório na Região Metropolitana do Recife e que a empresa que prestar serviço em relação ao grupo 01 do item 1.1 possui ou instalará escritório num raio de 150km do endereço Av. Marielle Franco, s/n - Km 59 - Nova, PE, 55014-900; a ser comprovado no prazo máximo de 60(sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da UFPE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- 5.1.28. Além de determinar, em item referente ao objeto contratual, as práticas de sustentabilidade a serem exigidas da contratada ao longo da execução contratual, o edital a ser elaborado deve exigir da licitante, como critério de aceitabilidade da

proposta, em consonância com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, declaração de que se compromete em:

- 5.1.29. O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleo lubrificantes, combustíveis e baterias deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a resolução CONAMA nº 401 /2008, alterada pela resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais e no que couber durante a realização das manutenções.
- 5.1.30. Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 154482.
- 5.1.31. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.
- 5.1.32. Fornecerá bens que não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 5.1.33. Sempre que possível e/ou desde que exigidos em regulamento de norma específica, observará os seguintes procedimentos em relação às peças de reposição fornecidas: fornecer peças fabricadas em estrita observância aos requisitos ambientais e conformidade às exigências para a obtenção de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares, como, também, em conformidade com os normativos de certificação de qualidade do material.
- 5.1.34. A futura contratada deverá realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao decreto nº 5.940/2006.
- 5.1.35. Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais com a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso deve-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando-se as qualidades que lhes conferem ser sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.
- 5.1.36. Não deve ser permitida a participação de:
 - 5.1.36.1. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação
 - 5.1.36.2. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, que ainda não tenham logrado reabilitação
 - 5.1.36.3. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993
 - 5.1.36.4. Empresa que não tenha sede no País

- 5.1.36.5. Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela cláusula alínea “h” primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União
- 5.1.36.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.
- 5.1.36.7. O quadro comparativo constante no ANEXO IV do ETP visa identificar as soluções de mercado. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de elevação é realizada por diversas prestadoras de serviços cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, cujos objetos contratuais coincidem com o do objeto a ser contratado, conforme o ANEXO IV do ETP. No âmbito do Estado de Pernambuco, consulta realizada junto ao SICAF em 10/06/2020, demonstra que 64% das empresas do ramo estão sediadas na capital pernambucana. O quantitativo – 25 – de empresas cadastradas tendo como recorte geográfico apenas o Estado de Pernambuco, demonstra não se tratar de um mercado restrito, não sendo necessária a retirada ou flexibilização de quaisquer dos requisitos exigidos pela contratação.
- 5.1.36.8. As obrigações da Contratante e Contratada estão previstas neste Termo de Referência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada, bem como nos Estudos Técnicos Preliminares, e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, agendando-a previamente com a Gerência de Máquinas e Equipamentos DMC/SINFRA, por meio dos contatos: gme.sinfra@ufpe.br ou 2126-8079.

7.2 O prazo para agendamento da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. O prazo para realização da vistoria se encerra no dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.6 A empresa que NÃO vistoriar os locais assumirá todo o ônus referente ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço, principalmente quanto ao estado atual dos equipamentos.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. O modelo de execução do objeto consta, de forma minudenciada, do anexo III do ETP (anexo I deste TR). Destaca-se que o prazo para execução do objeto da contratação tem início a contar da assinatura do instrumento contratual e que não serão admitidas subcontratação e/ou sub-rogação do objeto licitatório do contrato a ser firmado, nem a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos de medição e utensílios necessários, para a execução dos serviços, promovendo a substituição quando necessário. Materiais disponibilizados devem ser suficientes para prestação do serviço conforme orienta o ANEXO III do ETP, entretanto outros insumos podem ser necessários a realização dos serviços e devem ser arcados pela CONTRATADA.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. O quantitativo dos elevadores licitados advém de levantamento realizado pela Gerência de Sistemas Mecânicos DMC/SINFRA/UFPE, descrito minuciosamente no Anexo I – Especificação Técnica, do ETP;
 - 10.1.2. Os serviços ora pleiteados, serão prestados nos prédios e endereços constantes do Anexo I – Especificação Técnica, do ETP;
 - 10.1.3. Na contratação devem estar inclusos: mão de obra, emprego de ferramentas, ferramental, equipamentos, insumos, materiais de reposição imediata e fornecimento de peças e componentes genuínos necessários à execução dos serviços;
 - 10.1.4. Deverão ser observadas as especificações constantes no item 5 deste Termo de Referência para a elaboração de sua proposta.
 - 10.1.5. Na elaboração da proposta, deve-se observar que o BDI não pode ser superior ao BDI máximo aplicável definido pela UFPE, atentando aos percentuais para as empresas contribuintes ou não da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB, conforme Anexo XI do TR.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
 - 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
 - 11.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
 - 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
 - 11.13. Emitir as Ordens de Serviços – OS que informem o tipo do serviço, a marca do equipamento, Tombamento do Equipamento e os locais de sua execução, a quantidade por unidade de medida, a unidade requisitante, o número da Licitação, nº do Contrato e o número da Nota de Empenho, conforme Anexo III;
 - 11.14. Destinar local adequado para guarda de equipamentos, ferramentas e vestiário, quando necessário, bem como garantir o acesso da contratada e de seu preposto ao local de realização dos serviços.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, atendendo ao previsto no anexo III do ETP.
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 12.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

- 12.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 12.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 12.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 12.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
 - 12.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
 - 12.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - 12.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - 12.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

- 12.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 12.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 12.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 12.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 12.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 12.43. O modo de execução do objeto pela Contratada deverá seguir o contido no Anexo III do ETP;
- 12.44. Providenciar junto aos conselhos regionais (CREA, CAU e CRT) as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto deste Termo de Referência e especialidades pertinentes, quando cabível, nos termos da Lei nº 6496/1977;

- 12.45. Atender às normas técnicas, além das normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços objeto do contrato;
- 12.46. Elaborar e Estruturar, por meio de seu responsável técnico, plano de manutenção, operação e controle - PMOC, conforme exigido pela Portaria nº 3.523/98-ANVISA/Ministério da Saúde, e executá-lo como programa de manutenção preventiva dos equipamentos, com estrita observância a periodicidade dos serviços, apresentando-o no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados, a partir da assinatura do contrato;
- 12.47. Apresentar relatório mensal de cada equipamento assistido nas manutenções preventivas e/ou corretivas, de acordo com o PMOC;
- 12.48. Adotar os protocolos sanitários de prevenção ao COVID-19, inclusive com fornecimento, aos seus empregados, dos EPIs necessários;
- 12.49. Atender aos critérios de sustentabilidades previstos como requisitos da contratação, nos itens 5.1.28 a 5.1.35 deste TR, bem como atuar, naquilo que lhe couber, para evitar os possíveis impactos ambientais listados no item 17 do Estudo Técnico Preliminar;
- 12.50. Fornecer o prazo mínimo de garantia contra defeitos de execução dos serviços:
- 12.51. A Contratada deverá oferecer garantia de 90 (noventa) dias nos serviços de manutenção preventiva e preditiva;
- 12.52. Os serviços executados de manutenção corretiva deverão ter um prazo mínimo de garantia de: 90 (noventa) dias para mão de obra executada contados do recebimento definitivo do serviço executado; 90 (noventa) dias para as peças substituídas contados do recebimento definitivo do serviço executado.
- 12.53. A CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE as mesmas garantias concedidas pelo fabricante das peças substituídas, caso seja superior à exigida;
- 12.54. Nos casos em que, comprovadamente pela Contratada, a causa do defeito é devida à negligência ou mau uso por parte de usuários da UFPE, a CONTRATADA deverá emitir laudo técnico à fiscalização do contrato contendo ensaios e testes;
- 12.55. A garantia será exigida da própria Contratada; não será admitida, em hipótese alguma, transferência desta responsabilidade para terceiros;
- 12.56. Levar imediatamente ao conhecimento da SINFRA/DMC-UFPE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- 12.57. Substituir, imediatamente, qualquer empregado que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da SINFRA/DMC-UFPE, ou cuja capacidade técnica seja considerada insuficiente por esta;
- 12.58. Executar os serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;
- 12.59. Indicar, na assinatura do contrato, 01 (um) preposto para representá-la perante a SINFRA/DMC-UFPE;
- 12.60. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todas as peças, materiais e produtos relacionados ao bom funcionamento do equipamento, bem como equipamentos e ferramentas em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.61. Enviar as Notas Fiscais/faturas acompanhadas dos relatórios técnicos mensais com detalhamento dos serviços executados;
- 12.62. A contratada deverá apresentar relatório dos serviços prestados, por escrito, conferido e assinado pelo responsável técnico da contratada, constando informações tais como:

a) Serviços executados;

- b) Resumo das anormalidades ocorridas no período;
 - c) Resumo dos serviços preventivos executados, com indicação das pendências e suas razões, que dependam de solução por parte da fiscalização;
 - d) Peças substituídas por defeito ou desgaste;
 - e) Sugestões sobre reparos preventivos, com parecer sobre o estado geral dos aparelhos, assinado pelo responsável técnico.
- 12.63. O relatório deverá ser apresentado até o quinto dia útil subsequente ao mês de execução dos serviços, com exceção do último mês de vigência contratual, quando deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias anterior ao encerramento, com a supervisão da fiscalização, constando o detalhamento histórico dos equipamentos;
- 12.64. Sempre que solicitado a contratada deverá apresentar relatório das atividades realizadas, independentemente do relatório mensal, assim como pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnico-econômica sobre qualquer equipamento existente e sobre a necessidade de novas instalações;
- 12.65. Informar à CONTRATANTE quaisquer irregularidades nos equipamentos elencados no quadro do item 1.1 deste Termo de Referência que não possam ser sanadas nos termos do contrato;
- 12.66. Repor, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer objeto comprovadamente danificado ou extraviado por seus empregados;
- 12.67. Em hipótese alguma, se admitirá que a licitante adjudicatária promova desligamento(s) de energia ou de quaisquer equipamentos de propriedade da UFPE sem a divulgação e consentimento prévio e formal do Fiscal. As eventuais ocorrências desta natureza serão passíveis da aplicação de multa e adoção das demais sanções administrativas previstas em Contrato, mesmo que oriunda de acidente, ato involuntário, imperícia ou imprudência de seus funcionários;
- 12.68. Os profissionais da proponente adjudicatária deverão dispor de serviço móvel pessoal-SMP (aparelho celular ou rádio comunicação) que permita comunicação, enquanto vigente o contrato de prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, de modo que possam ser rapidamente localizados pela fiscalização da SINFRAGSM-UFPE. Neste item compreende-se como comunicação a escrita ou fala, seja por ligação de voz, ou aplicativos de mensagem;
- 12.69. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Devido à especificidade do objeto da contratação. O equipamento requer empresa especializada para a realização dos serviços e a expertise requerida nos critérios de qualificação técnica demonstra o domínio requerido para tais serviços

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. GESTÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O serviço terá o acompanhamento e fiscalização de sua execução, através dos servidores: Marlus Filipe Costa Nunes, SIAPE 3214154, telefone 2126-8079, lotado na Superintendência de

Infraestrutura; e Rafael Lins da Silva, SIAPE 1162395. E em substituição pelo servidor Paulo Alison Souza Pessoa, SIAPE 1724595, telefone 2126-3023, lotado na Superintendência de Infraestrutura.

- 15.2. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.14. Após assinatura do contrato a CONTRATANTE designará fiscais setoriais para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços;
- 15.15. Caberá aos responsáveis pela Fiscalização:
 - a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e comunicar ao Gestor do Contrato;

- b) Acompanhar a execução dos serviços definidos na Ordem de Serviço (ANEXO III) deste Termo;
 - c) Nos itens de Manutenção Corretiva avaliar o relatório técnico emitido pela CONTRATADA e autorizar, se couber, a substituição de peças, componentes e ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos;
 - d) Determinar correções ou adequações dos serviços junto à contratada quando couber;
 - e) Instruir o processo no caso de aplicação de penalidades;
 - f) Apresentar relatórios periódicos, no início de cada mês, relativos aos serviços executados no mês anterior;
 - g) Todos os serviços prestados deverão ser gerenciados e controlados por um sistema de acompanhamento de manutenção, alimentado mensalmente, que atenda aos seguintes parâmetros:
 - I) histórico de manutenção por equipamento;
 - II) gerenciamento do cronograma de manutenção preventiva, com emissão de ordens de serviço preventivas e corretivas;
 - III) emissão de relatórios de manutenção detalhadas;
 - IV) histórico de dados de medições e testes, permitindo comparações com padrões recomendadas pelos fabricantes;
 - V) controle de materiais de consumo e peças/componentes utilizados por período de tempo/equipamento.
 - h) O fiscal técnico deverá ao final de cada mês enviar para o Gestor do Contrato relatório da avaliação dos serviços, confirmando o recebimento provisório dos serviços, para poder subsidiar a fazer o recebimento definitivo e o gestor a atestar a fatura;
- 15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.18. A Gestão do Contrato ficará a cargo do servidor Daniel Carlos dos Santos Barbosa, email gsm.sinfra@gmail.com, SIAPE 1728941, telefone 2126-8079, lotado na Superintendência de Infraestrutura. O qual será substituído pelo servidor João Paulo da Silva Arruda, SIAPE 3207244, email joao.silvaarruda@ufpe.br, telefone 2126-8699, lotado na Superintendência de Infraestrutura – Diretoria de Manutenção e Conservação – Gerência de Sistemas Mecânicos.
- 15.19. Caberá à Gestão:
- a. Solicitar à contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
 - b. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - c. Exigir da Contratada a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;
 - d. Recomendar à UFPE a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais;

- e. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- f. Providenciar instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
 - f.1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - f.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - f.3. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - f.4. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
 - f.5. a satisfação do público usuário.
- g. Cabe ao Gestor solicitar, se julgar necessário, assessoramento técnico, contábil e jurídico no intuito de garantir o cumprimento do objeto contratado;
- h. Liberação da fatura (nota fiscal) para pagamento após o ateste da fiscalização e de conferência contábil;
- i. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais.
- j. manter a casa de máquinas, seu acesso, caixa, poço e demais dependências correlatas, livres e desimpedidas, não permitindo depósito de materiais estranhos a sua finalidade, bem como penetração e/ou infiltração de água;
- k. impedir ingresso de terceiros na casa de máquinas, que deverá ser mantida sempre fechada, bem como intervenção de pessoas estranhas à Contratada, a qualquer parte das instalações, especialmente quanto à abertura de portas de pavimentos;
- l. interromper imediatamente o funcionamento caso o equipamento apresente alguma irregularidade, comunicando por escrito o fato à Contratada;
- m. observar as recomendações da Contratada, concernentes às condições e uso correto dos equipamentos, divulgando orientações e fiscalizando procedimentos;
- n. garantir ao(s) técnico(s) da Contratada livre e imediato acesso aos equipamentos, no horário de expediente, durante o tempo necessário para conserto e testes de verificação;
- o. solicitar à Contratada, ou obter da Contratada tempestivamente, todas as providências necessárias à regular execução do Contrato

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios descritos no IMR, anexo II do TR.
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
 - 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;
- 17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 17.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
 - 17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{100} \quad I = 0,00016438$$

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se na pesquisa de mercado.
- 19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice nacional de preço ao consumidor amplo - IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou

- e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 - iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 21.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- a) Certidão de Registro do licitante perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, válida;
- b) Atestado(s) de aptidão técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante executou serviços e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantitativos com o objeto licitado. A qualificação técnica dos licitantes deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- b.1). Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- b.2). Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados (alínea “b” do subitem 10.6 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).
- b.2.1). A comprovação de que trata este item dar-se-á por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente da licitante, pelo(s) profissional(is) ao(aos) qual(is) se refere o subitem do ETP, cujas parcelas de maior relevância técnica para cada grupo são indicadas a seguir:
- Grupo 1) Manutenção no prazo de 1 (um) ano em 2 (dois) elevadores acima de 3 (três) paradas e com capacidade de carga igual ou superior a 900 kg.
- Grupo 2) Manutenção no prazo de 1 (um) ano em 3 (três) elevadores acima de 2 (duas) paradas e com capacidade de carga igual ou superior a 375 kg.
- b.2.2). Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (subitem 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).
- b.2.3). Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação (subitem 10.9 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

b.2.4). O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços (subitem 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

c) Designação de Responsável Técnico, Engenheiro Eletricista ou Mecânico, registrado no CREA, pertencente ao quadro permanente do licitante na data prevista para a abertura do certame, acompanhada de Certidão(ões) de Acervo Técnico, devidamente registrada(s) no CREA, por execução de serviço, para empresa privada ou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, de características semelhantes ao objeto licitado, cujas parcelas de maior relevância técnica são:

Certidão(ões) de Acervo Técnico com parcelas de maior relevância técnica em:
Manutenção Preventiva e/ou Corretiva em elevadores.

c.1) a designação deverá ser firmada pelo representante legal do licitante;

c.2) o(s) nome(s) do(s) profissional(is) designado(s) responsável(is) técnico(s) deve(m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da licitante perante o CREA. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA, se for o caso;

c.3) entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:

i) profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);

ii) prestador de serviços(Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);

iii) empregado;

iv) sócio;

v) diretor.

c.4) a comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) da(s) certidão(ões) de acervo técnico, além do exigido no c.2, far-se-á por meio dos seguintes documentos:

i) Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;

ii) Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;

iii) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

iv) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;

v) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

d) Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante de que a empresa que prestar serviço em relação ao grupo 02 do item 1.1 possui ou instalará escritório na Região Metropolitana do Recife e que a empresa que prestar serviço em relação ao grupo 01 do item 1.1 possui ou instalará escritório num raio de 150km do endereço Av. Marielle Franco, s/n - Km 59 - Nova, PE, 55014-900; a ser comprovado no prazo máximo de 60(sessenta) dias contado

a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da UFPE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.;

22.3.1. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.2. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

22.3.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.3.4. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.10.1. Valor Global: R\$ 263.692,00 (Duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e dois reais).

22.3.10.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

22.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O valor máximo aceitável para a contratação, será R\$ 263.692,00 (Duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e dois reais), para 12 meses de prestação do serviço.

23.2. Tal valor foi obtido a partir de cotação diretamente com fornecedores. Foram contatadas diversas empresas, tendo apenas 3 delas apresentado preços. Em virtude da especificidade dos equipamentos, a pesquisa realizada no banco de preços, bem como em outras contratações públicas não logrou êxito, por não ter apresentado elevadores com mesma capacidade e número de paradas dos contidos na licitação, bem como por não englobarem a reposição de peças que é exigida nesta contratação, conforme estudo preliminar.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 24.1. Os recursos para atender às despesas decorrentes do certame são provenientes de Programas de Trabalho nº 12.364.5013.20RK.0026 – Funcionamento das Instituições Federais Ensino Superior no Estado de Pernambuco; LOA 2022 – Lei nº 14.144, de 21 de janeiro de 2022 - Publicada no DOU de 24.1.2022. Fonte de Recursos: Tesouro; Elemento de Despesa 33.90.39 - alocados na Pró- Reitoria Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN.

Recife, 05 de Julho de 2022.

Daniela Lira Tavares
SIAPE 2085433
Coordenação Administrativa e Financeira

Paulo Alison Sousa Pessoa
SIAPE 1724595
Diretor de Manutenção e Conservação

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23076.044272/2020-54.

Em atendimento ao recomendado pelo Tribunal de Contas da União, mediante Acórdão nº 963/2011-2ª Câmara, item 9.2.1, DELIBERO pela não aceitação de: (i) entidades empresariais reunidas em consórcio visando à participação no certame convocatório sob a justificativa de que o objeto convocado não apresenta grande vulto, nem alta complexidade técnica, não se maculando, portanto, a competitividade do certame; e (ii) sociedades cooperativas, considerando que os serviços a serem contratados implicam em tarefas que não são passíveis de execução com autonomia por cooperados, exigindo relação de subordinação e habitualidade.

Nos termos do artigo 41, caput e § 2º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, INDICO os servidores elencados no item 8 deste TERMO DE REFERÊNCIA para exercerem as funções ali indicadas. Os servidores que substituirão os titulares, nas ocasiões previstas no § 1º do art. 42 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, são os indicados acima para as respectivas funções, aos quais deverá ser dado ciência pelo setor demandante, responsável por sua indicação.

DECLARO que os dados da dotação orçamentária que atenderá as despesas oriundas da contratação almejada serão especificados em formulário específico, a ser expedido pela Diretoria de Orçamento – DORC da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, devendo ser juntado ao processo administrativo a que se refere este Termo de Referência.

DECLARO, ainda, que as despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Isto posto, nos termos do artigo 9º do §1º do Decreto n. 5.450, de 2005, APROVO, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar a elaboração do instrumento convocatório e do Termo Contratual, os anexos a seguir elencados:

ANEXOS:

- Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado
- Anexo III – Modelo de Ordem de Serviço
- Anexo IV – Atestado de Vistoria
- Anexo V – Modelo da Proposta
- Anexo VI – Declaração de Conhecimento do Objeto
- Anexo VII – Modelo de Designação de Responsável Técnico
- Anexo VIII – Especificação, Quantitativos e Valores
- Anexo IX – Planilha de Custos e Formação de Preços
- Anexo X – Modelo de Declaração de Existência/Instalação de Escritório
- Anexo XI – BDI Máximo Aplicável

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

SIAPE 1134695

Superintendente de Infraestrutura

Autorizo a abertura da Licitação:

PROF. ALFREDO MACEDO GOMES

SIAPE 1171268



Emitido em 19/07/2022

TERMO DE REFERENCIA Nº 35/2022 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 12:01)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR - TITULAR

GR (11.01)

Matrícula: 1171268

(Assinado digitalmente em 19/07/2022 18:10)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: 1134695

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 10:18)

DANIELA LIRA TAVARES

COORDENADOR - TITULAR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: 2085433

(Assinado digitalmente em 19/07/2022 16:44)

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

DIRETOR - TITULAR

DMC (11.97.12)

Matrícula: 1724595

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **35**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **19/07/2022** e o código de verificação: **1b829f2170**

Estudo Técnico Preliminar 32/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.044272/2020-54

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral: desenvolver estudo a fim de assegurar a viabilidade técnica da contratação de que trata o Documento de Formação de Demanda (DFD), qual seja: promover licitação destinada à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva, e corretiva, dos **ELEVADORES DE PASSAGEIROS E PLATAFORMAS DE ACESSIBILIDADE** instalados em prédios do **Campus Recife** e do **Campus Caruaru da UFPE**, abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, ferramental, equipamentos, insumos, materiais de reposição imediata, fornecimento de peças e componentes genuínos, mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço, por grupos sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificado neste ETP e seus anexos.

2.1.1. Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) foram especificados com todas as características necessárias ao atendimento das necessidades da UFPE. A contratação deverá atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas neste ETP e seus ANEXOs.

2.1.2. O Termo de Referência deve indicar as unidades descentralizadas que integram a UFPE onde também serão prestados os serviços, conforme apresentado sucintamente no Quadro 1.

Quadro 1 - Localização dos elevadores

Localização dos Elevadores

MARCA	CENTRO
THYSSENKRUPP	CAA - BLOCO K (CAMPUS CARUARU)
ATLAS SCHINDLER	CAA - BLOCO DE MEDICINA (CAMPUS CARUARU)
THYSSENKRUPP	CCSA (CAMPUS RECIFE)
THYSSENKRUPP	CIn (CAMPUS RECIFE)
(SEM MARCA)	CEERMA (CAMPUS RECIFE)

ORTOBRAS	CCEN (CAMPUS RECIFE)
THYSSENKRUPP	CAC (CAMPUS RECIFE)
ORTOBRAS	CAC (CAMPUS RECIFE)
ORONA	CNTM (CAMPUS RECIFE)
ORONA	CCM (CAMPUS RECIFE)
BASIC ELEVADORES	CAV (CAMPUS VITÓRIA)

2.1.3. O código CATSER 3557 referente ao objeto a ser licitado também deverá ser indicado no Termo de Referência.

3. Referência Legal

3.1. A *Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010*: Trata-se de Instrumento Legal que dispõe os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentando, tardiamente, o exigido pelo *artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. As práticas de sustentabilidade a serem exigidas em editais licitatórios para a contratação de serviços, como no presente caso, são as previstas no artigo 6º da referida IN. Ressalte-se, no entanto, que se trata de uma lista exemplificativa, não exaustiva, o que implica dizer que outras práticas podem ser previstas no Termo de Referência a ser elaborado, desde que guarde pertinência com o objeto a ser licitado e esteja em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. De modo a evitar que as práticas de sustentabilidade a serem exigidas no TR sejam menosprezadas ao longo da execução contratual, recomenda-se penalizar a não observância com multas mensuradas em significativos graus de gravidade.

3.2. A *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos em alteração à *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988*. Sujeita à observância da lei “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos...” (*art. 1º, § 1º*). Apresenta como um dos seus objetivos a “prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: a) produtos reciclados e recicláveis; b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis” (*Art. 7º, XI*). Especificamente para a contratação em tela, deve-se observar o preconizado pelo *art. 33*, regulamentado pelo *Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017*:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de **logística reversa**, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I – [...]

II - pilhas e baterias;

III – [...]

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista ;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

[...] (Destacamos).

As práticas de sustentabilidade ambiental regulamentadas pelos referidos diplomas legais abarcam a exigência de promoção do desenvolvimento nacional sustentável defendida pelo *art. 3º da Lei nº 8.666/1993*, que foi regulamentado pelo decreto adiante citado.

3.3. O *Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012*: O art. 3º desse Diploma legal estipula que os critérios e as práticas de sustentabilidade serão publicados como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial. Quando da definição dos critérios e práticas sustentáveis, deve-se atentar para os *artigos 4º e 5º* desse Decreto.

3.4. A *Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – nº 267, de 14 de setembro de 2000*: essa Resolução, publicada no DOU nº 237, de 11/12/2000, Seção 1, páginas 27-29, decorre do Tratado Internacional conhecido como *Protocolo de Montreal*, do qual o Brasil é um dos signatários, compactuado com o intuito de banir a utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio. No Brasil, a vedação imposta pela aludida Resolução começou a vigorar em 1º de janeiro de 2001. Para o presente caso, a exigência legal deve ser observada em relação aos materiais (aerossol e solventes) porventura utilizados para a prestação dos serviços.

3.5. O comprometimento do funcionamento dos elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade, responsáveis pela locomoção de pessoas com problemas de mobilidade, iria de encontro com as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida descritas no *Capítulo V da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000* a respeito da acessibilidade nos edifícios de uso privado, citados abaixo:

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.6. Segundo as *Normas ABNT NBR NM 207-1999* e *ABNT NBR NM 267-2002*, referentes a elevadores elétricos de passageiros e hidráulicos, respectivamente, o elevador e seus equipamentos devem ser mantidos em bom estado de funcionamento e para isso, devem ser realizadas manutenções regulares que respeitem a segurança dos usuários e a operacionalidade do equipamento. Estas normas especificam as regras de segurança para a construção e instalação de elevadores, com vistas a proteger as pessoas e objetos contra os riscos de acidentes relacionados com as operações pelo usuário, de manutenção e de emergência de elevadores.

3.7 Elevadores de passageiros que apresentam como requisitos particulares a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência, estão especificados na norma *ABNT NBR NM 313-2007*, onde dispõe sobre os requisitos de segurança para construção e instalação e serve como complemento das normas citadas no item 2 da mesma norma. Tendo como parâmetro dados da MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), o objetivo desta norma é cobrir o projeto e construção de elevadores, de maneira que suas características não obstruam ou impeçam o acesso e uso por pessoas com deficiência.

3.8. A *ABNT NBR 15597-2010*, normatiza os requisitos para melhoria de segurança para a construção e instalação de elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas, já instalados, com o objetivo de atingir um nível equivalente de segurança àquele de um elevador recentemente instalado e aplicando o que há de mais avançado em segurança.

3.9. Além disso, deve se respeitar a *Lei Nº 16.292* de 1997, onde consta que a Prefeitura da Cidade do Recife está habilitada a interditar os aparelhos que apresentarem risco às condições de segurança ou que não atendam as demais exigências da Lei.

3.10. Como também, a *Decisão Normativa do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) nº. 036*, de 31 de julho de 1991, que dispõe sobre a competência em atividades relativas a elevadores, das atribuições e da participação dos responsáveis técnicos e dos registros de atividades em forma de ART, Anotação de Responsabilidade Técnica.

3.11. E por fim, a *Lei nº. 10.098*, de 19 de dezembro de 2000, mais conhecida como Lei de Acessibilidade, que busca estabelecer normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas portadoras de deficiência ou que apresentem mobilidade reduzida, indiferente de qual seja esta deficiência (visual, locomotora, auditiva, etc.), através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas via públicas, na reforma de edificações, mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

4. Descrição da necessidade

4.1 A UFPE nos últimos anos teve um aumento considerável do número de alunos, funcionários e professores. Em razão disto ocorreu um crescimento do número de pessoas portadoras de cuidados especiais, o que motivou a instalação e modernização de vários elevadores. Além disso, nos últimos anos a Universidade construiu diversos edifícios, os quais possuem elevadores e plataformas e demandam manutenção. Dessa maneira, a execução dos serviços de manutenção dos equipamentos preventiva, preditiva e corretiva é imprescindível para a preservação e conservação das características de funcionamento e segurança dos elevadores que atendem à circulação vertical da CONTRATANTE.

4.2. A licitação pretendida destina-se à contratação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, lubrificante e mão de obra, para elevadores e plataformas, essenciais para as atividades administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas nos vários andares dos edifícios.

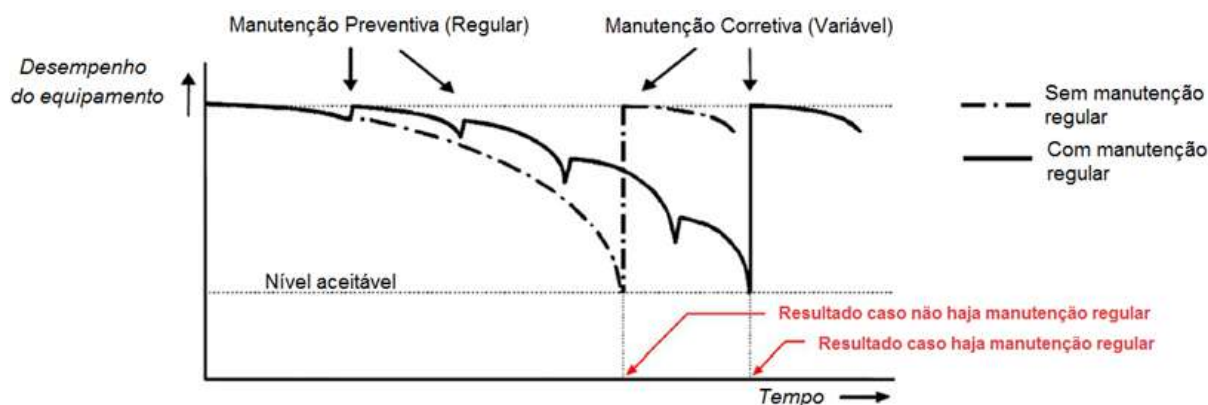
4.3. A deflagração de novo processo licitatório se dá em virtude de dois principais motivos:

4.3.1. Impossibilidade de renovação do contrato 53/2015, que até o momento vinha suprindo as necessidades de 1 equipamento da universidade no Campus Caruaru. O referido contrato encontra-se encerrado.

4.3.2. Contemplar outros elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade, do campi Recife e Caruaru, desprovidos de algum contrato.

4.4. Busca-se, assim, garantir o bom funcionamento dos **elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade**, prevenindo-lhes pane, substituindo-lhes preventiva e/ou corretivamente, componentes desgastados pelo uso, bem como reparando-lhes defeitos imprevistos que possam causar descontinuidade ou danos em atividades da UFPE. A importância de uma manutenção regular é mostrada no gráfico de desempenho pelo tempo, presente na Figura 1, onde se observa que equipamentos mantidos regularmente apresentam maior vida útil, evitando-se assim, gastos desnecessários com manutenções corretivas e paradas não-programadas.

Figura 1 - Gráfico de Desempenho: Manutenções



Fonte: Adaptado de “Daniel, R., & Paulus, T. (2019). *Maintenance Issues: Lock Gates and Other Closures in Hydraulic Projects*”.

4.5. Os benefícios são verificados pelo prolongamento da vida útil dos bens públicos, racionalizando gastos e evitando a descontinuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nas dependências da UFPE, contemplando-se, assim, prática de sustentabilidade ambiental definida pelo inciso V do artigo 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.6. A manutenção é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, com vistas à preservação das características funcionais de segurança e qualidade e, por conseguinte, da vida útil do equipamento, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes. A eficácia da manutenção se dá quando se efetiva concomitantemente sob as formas preventiva e corretiva.

4.8. A contratação, nos moldes propostos, assegura maior celeridade e eficiência na prestação dos serviços com a disponibilidade de mão de obra qualificada e materiais normatizados, no prazo e qualidade exigidos neste Estudo Técnico Preliminar, além de gerar economia nos gastos, decorrente de melhores ofertas de preço nos lances do pregão eletrônico.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de manutenção e conservação	Paulo Alison Sousa Pessoa (1724595)

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção de elevadores.

6.2. Visando atender à necessidade pública da UFPE, ratificam-se os serviços a serem contratados como sendo de **natureza continuada**, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas

do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (*Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº 05 /2017*).

6.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em objeto de ***execução indireta*** por se referirem a atividades materiais instrumentais à área de competência legal da UFPE, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.4. Recomenda-se a contratação inicial por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir do recebimento da ordem de serviço. O prazo de vigência pode ser prorrogado por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, como permite o *inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, mediante assinatura do Termo Aditivo*, não obstante a possibilidade de prorrogação desse prazo em consonância com jurisprudência já pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União (*Acórdãos 1.467/2004 – 1ª Câmara; 1.626 /2007-Plenário; 1.259/2010-Plenário; 5.820/2011 – 2ª Câmara; e 490/2012-Plenário*). No entanto, no presente caso, a contratação por prazo superior a doze meses careceria de justificativa técnica.

6.4.1. A prorrogação contratual só deve se efetivar se precedida de avaliação técnica e econômica, ***iniciada no mês anterior ao antepenúltimo da contratação vigente***, que comprove a vantajosidade na continuidade da prestação dos serviços pela empresa contratada.

6.4.2. Em se optando pela prorrogação contratual, deve-se observar as regras para reajuste estipuladas pelo *art. 61 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, a constarem do Termo do Contrato, em minuta anexa ao edital licitatório.

6.5. Conforme preceituado pela *alínea “a” do subitem 2.4 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, o disposto neste item deverá ser transcrito para item homônimo no Termo de Referência a ser elaborado, no que couber.

6.6. O edital licitatório conterá as regras para participação no certame eletrônico.

6.7. Encerrada a etapa de lances, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro designado pela UFPE para a condução do pregão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos cadastros a serem indicados no edital licitatório, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (*Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário*).

6.8. O edital licitatório elencará a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, e à qualificação econômico-financeira, além da qualificação técnica abaixo descrita, bem como o modo, a forma e o momento do certame em que deverá ser apresentada.

6.9. Não há necessidade de transação contratual com transferência de informações da atual prestadora de serviços para a futura contratada por se tratar de serviços de natureza técnica comum às empresas que possuam habilitação técnica para manutenção de elevadores.

6.10. Trata-se de serviço comum que não possui características que possam restringir a concorrência.

6.11. A qualificação técnica dos licitantes deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

6.11.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6.11.2. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados (*alínea “b” do subitem 10.6 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*).

6.11.2.1. A comprovação de que trata este item dar-se-á por meio de **atestado(s) de capacidade técnico-operacional**, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente da licitante, pelo(s) profissional(is) ao(aos) qual(is) se refere o **subitem 7.11.3.** deste ETP, cujas parcelas de maior relevância técnica para cada grupo são indicadas a seguir:

Grupo 1) Manutenção no prazo de 1 (um) ano em 2 (dois) elevadores acima de 3 (três) paradas e com capacidade de carga igual ou superior a 900 kg.

Grupo 2) Manutenção no prazo de 1 (um) ano em 3 (três) elevadores acima de 2 (duas) paradas e com capacidade de carga igual ou superior a 375 kg.

6.11.2.2 Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (*subitem 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*).

6.11.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação (*subitem 10.9 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDGD nº 05/2017*).

6.11.2.4 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços (*subitem 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*).

6.11.3. Designação assinada pelo representante legal da licitante, indicando responsável(is) técnico(s) pertencente(s) ao quadro permanente do licitante na data prevista para a abertura do certame, habilitado(s) pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos.

6.11.4. O responsável técnico deverá possuir título de Engenheiro Eletricista ou Mecânico, conforme o artigos 8 e 12 da resolução nº 218/73 do CONFEA, o qual estabelece que a condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de máquinas elétricas e equipamentos eletromecânicos, como Elevadores é atribuição de engenheiros eletricistas e mecânicos.

6.11.4.1. Entende-se, para os fins exigidos, como pertencente ao quadro permanente:

- i. 1. profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (*Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário*);
- ii. 2. prestador de serviços (*Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008*);
- iii. 3. empregado;
- iv. 4. sócio;
- v. 5. diretor.

6.11.4.2. A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- i. 1. Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- ii. 2. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- iii. 3. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- iv. 4. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- v. 5. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

6.11.5. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

6.11.5.1. Faculta-se ao licitante realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, no horário de segunda a sexta de 8h às 12h ou de 13h às 17h, até o segundo dia útil anterior à abertura da licitação, agendando-a previamente com a Gerência de Máquinas e Equipamentos DMC/SINFRA, por meio dos contatos: gme.sinfra@ufpe.br ou 2126-8079.

6.11.5.1.1. Em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no *Acórdão nº 110/2012-Plenário[1]*, recomenda-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. Desse modo, a abertura do certame licitatório deve ocorrer em prazo suficiente, após a publicação, de modo a atender, simultaneamente, o prazo máximo estabelecido para a vistoria e as recomendações do TCU.

6.11.6. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante de que a empresa que prestar serviço em relação ao grupo 02 do item 1.1 possui ou instalará escritório na Região Metropolitana do Recife e que a empresa que prestar serviço em relação ao grupo 01 do item 1.1 possui ou instalará escritório num raio de 150km do endereço Av. Marielle Franco, s/n - Km 59 - Nova, PE, 55014-900; a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade

operacional para receber e solucionar qualquer demanda da UFPE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

6.11.7. Além de determinar, em item referente ao objeto contratual, as práticas de sustentabilidade a serem exigidas da contratada ao longo da execução contratual, o Termo de Referência a ser elaborado deve exigir da licitante, como critério de aceitabilidade da proposta, em consonância com o *art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010*, declaração de que:

6.12. O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleo lubrificantes, combustíveis e baterias deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais e no que couber durante a realização das manutenções.

6.13. Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

6.14. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

6.15. Fornecerá bens que não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

6.16. Sempre que possível e/ou desde que exigidos em regulamento de norma específica, observará os seguintes procedimentos em relação às peças de reposição fornecidas: fornecer peças fabricadas em estrita observância aos requisitos ambientais e conformidade às exigências para a obtenção de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares, como, também, em conformidade com os normativos de certificação de qualidade do material.

6.17. A futura contratada deverá realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao decreto nº 5.940/2006.

6.18. Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais com a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso deve-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando-se as qualidades que lhes conferem ser sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.

6.19. A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para a economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

6.20. Não deve ser permitida a participação de:

6.20.1. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

6.20.2. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no *artigo 7º da Lei nº 10.520/2002* e no *artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005*, e com a UFPE, com fundamento no *inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993*, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do *inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993*, que ainda não tenham logrado reabilitação;

6.20.3. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no *inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993*;

6.20.4. Empresa que não tenha sede no País;

6.20.5. Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela *alínea “h” da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União*;

6.20.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no *artigo 9º da Lei nº 8.666/1993*.

6.21. O quadro comparativo constante no ANEXO IV deste ETP visa identificar as soluções de mercado. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de elevação é realizada por diversas prestadoras de serviços cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, cujos objetos contratuais coincidem com o do objeto a ser contratado, conforme o ANEXO IV deste ETP. No âmbito do Estado de Pernambuco, consulta realizada junto ao SICAF em 10/06/2020, demonstra que 64% das empresas do ramo estão sediadas na capital pernambucana. O quantitativo – 25 – de empresas cadastradas tendo como recorte geográfico apenas o Estado de Pernambuco, demonstra não se tratar de um mercado restrito, não sendo necessária a retirada ou flexibilização de quaisquer dos requisitos exigidos pela contratação.

[1] [...]

31. Com relação à exigência de que os competidores devem realizar visita técnica ao local da obra, em dia e hora único, definido no edital, foi demonstrado que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de repudiar tal medida, por configurar restrição indevida à competitividade do certame e por **favorecer o prévio acerto entre os pretendentes**. Neste caso, **a falta é suficiente para macular a licitação e ensejar proposta para a anulação do processo licitatório**, sem prejuízo de dar ciência ao omissis que a inserção no edital de licitação de exigência para a realização de vistoria técnica em um único dia e horário, constitui-se em restrição à competitividade e ofensa ao disposto no art. 3º, caput, e § 1º, inciso II, da Lei 8.666/1993, além de favorecer ajustes entre os potenciais competidores.

[...]

7. Levantamento de Mercado

7.1. Foi feita uma análise no Painel de Preços e sucintamente descrita através do quadro comparativo constante do ANEXO IV deste ETP que evidencia, em síntese, o que o mercado visa, prioritariamente, tratando-se da contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade:

7.1.1. Opta pela contratação por grupo, mesmo que preveja subdivisões por itens;

7.1.2. Nem sempre indica as peças de reposição, embora em todos os casos consultados o fornecimento se encontra expresso no objeto;

7.1.3. Diverge quanto ao modo e pagamento de fornecimento das peças de reposição.

7.2. Para a elaboração deste ETP, visando o tipo e solução a contratar, recorremos à Equipe de Planejamento, observando-se que no mercado ofertante dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade no estado (PE), predominam dois principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

7.2.1. **Solução 1:** *Aquisição dos serviços com fornecimento de peças e materiais incluso.*

Descrição: Este tipo de aquisição engloba, juntamente com a mão de obra contratada, as peças e os materiais inerentes à execução dos serviços, além disso, a metodologia de apuração dos valores da remuneração da contratada é por equipamento, informando número de paradas e carga (quantidade de passageiros) a ser transportado. Modelo já difundido e utilizado nas contratações anteriores da UFPE e outros órgãos como Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Itajubá e Advocacia Geral da União. Tem fácil adequação a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

7.2.2. **Solução 2:** *Aquisição dos serviços sem a inclusão de materiais.* **Descrição:** Nesta modalidade para aquisição das peças e componentes dos equipamentos seria necessário realizar uma segunda licitação e considerando, conforme RELATÓRIO TÉCNICO 12º - CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que o custo médio para realização de um Pregão Eletrônico em 2007 já era de R\$ 20.698,00 e de um Pregão (SRP) é R\$ 32.187,00 (modalidades indicadas para este tipo de objeto), realizar uma licitação única e exclusivamente para aquisição de peças e componentes de elevadores de passageiros e carga e plataformas de acessibilidade seria economicamente dispendioso, não obstante, poderia gerar riscos como atrasos na entrega, falta de produtos e ferramentas ou algum item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, o que é bastante comum; considerando também as quantidades expressivas desses itens, teríamos um impacto de itens e volume no almoxarifado a exigir atenção permanente para a manutenção das condições de armazenamento.

7.3. *Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes:* Ao apreciar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1. A solução escolhida atende às determinações legais, reduz a dedicação de força de trabalho exclusiva para controle de peças e componentes, conferindo à contratada o ônus deste controle e mesmo assim

mostrando-se a opção mais econômica à instituição. Ressaltamos que tal opção ponderou outras metodologias de contratações de instituições externas e avaliou-se que este modelo melhor se adapta à nossa realidade.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço, por grupos. Será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, tendo em vista que os valores serão fixos por equipamento, a serem pagos mensalmente.

8.2. Trata-se de serviço comum de engenharia, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que serão objetivamente definidos neste ETP e seus anexos, por meio de especificações usuais no mercado. Em atenção ao previsto na lei nº 10.520/02 e Decreto nº 10.024/19.

8.3. A solução encontrada para manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade da UFPE foi contratar empresa especializada para tais serviços por meio de ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, suas peças e componentes de propriedade da Contratante que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos. O acompanhamento dos serviços de manutenção se dará a partir da criação de mecanismos de controle da qualidade e execução, através dos relatórios periódicos e também IMR.

8.4. A manutenção dos equipamentos e instalações será executada obedecendo às prescrições dos fabricantes, assim como ao ANEXO III - Modo de Execução do Objeto, que apresenta detalhes a respeito das manutenções preventiva, preditiva e corretiva, bem como suas definições.

8.5. Os serviços mensais de manutenção preventiva e preditiva devem ser agendados previamente para que a fiscalização possa se programar a fim de acompanhar a execução dos serviços que incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos. A manutenção preventiva e preditiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e deverá, caso necessite, incluir o fornecimento de peças de reposição e componentes genuínos.

8.5.1. Entenda-se por materiais de consumo, de *forma exemplificativa*: estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxa, lixas, óleo lubrificante, vaselina, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção preventiva dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

8.6. Os serviços serão realizados nos dias úteis, desde que haja expediente na UFPE, no horário das 8h às 12h ou das 13h às 17h, nos respectivos Centros da Universidade Federal de Pernambuco onde se encontram os equipamentos cujas coordenadas geográficas podem ser

encontradas no Anexo I deste ETP. Para reparos de elevadores que estejam parados, apresentam risco de quebra, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine, a manutenção deverá ser realizada, caso necessário, fora do horário normal de expediente.

8.7. A respeito dos serviços de Manutenção Corretiva Inicial: considerou-se necessário que nos primeiros 30 (trinta) dias corridos do início da prestação dos serviços, autorizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar, impresso e via CD-R ou DVDR, Relatório de Avaliação Técnica a fiscalização técnica do contrato, informando: estado de funcionamento, operacionalidade e integridade de todos os equipamentos, relação de equipamentos ou materiais a serem repostos e cronograma para execução ou estudo das pendências, além de relação dos componentes dos equipamentos com sua localização, nome do fabricante, modelo, nº de série, tipo, capacidade, tensão, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos e/ou componentes, a fim de atestar as condições de uso dos equipamentos e garantir sua operacionalidade .

8.8. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à Contratante, solicitando autorização para execução dos serviços. A manutenção corretiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos e componentes genuínos a serem mantidos e incluirá o fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios;

8.9. Todos os serviços prestados deverão ser gerenciados e controlados por um sistema informatizado (*software*) de acompanhamento de manutenção, que atenda aos seguintes parâmetros: i) histórico de manutenção por equipamento; ii) gerenciamento do cronograma de manutenção preventiva, com emissão de ordens de serviço preventivas e corretivas; iii) emissão de relatórios de manutenção detalhados; iv) histórico de dados de medições e testes, permitindo comparações com padrões recomendados pelos fabricantes; v) indicação de prováveis manutenções corretivas para o próximo período, de acordo com análises estatísticas; vi) controle de materiais de consumo e peças/componentes utilizados por período de tempo/equipamento, com custo médio envolvido; vii) capacidade de gravar em banco de dados todos os parâmetros mencionados. Deverá ser alimentado e atualizado diariamente. A operação e manutenção deste software é de responsabilidade da CONTRATADA.

8.10. A contratada deverá apresentar *Relatório de Vistoria Inicial* dos equipamentos e instalações, bem como o *Calendário de Manutenção Preventiva* ao logo da vigência contratual. A contratada deverá apresentar o *Calendário de Manutenção Preventiva* no prazo máximo de 30 dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

8.11. A contratada deverá apresentar um *Relatório de Inspeção Anual (RIA)* em um prazo máximo de 12 meses após o início do contrato.

8.12. A contratada deverá atender às solicitações de manutenção conforme os prazos contratuais estabelecidos na Tabela 01 do ANEXO III, contado do recebimento da solicitação por qualquer meio de comunicação utilizado pela gestão contratual.

8.13. A contratada deverá emitir Relatório Circunstanciado, especificando a causa e tipo de problema detectado e indicando a necessidade, ou não, da substituição e/ou reposição de peças, componentes ou acessórios, no prazo máximo de 2 (dois) dias corrido, contado do horário em que ocorreu o fim da visita técnica.

8.13.1. O Relatório Circunstanciado (indicando data da visita e horários de início e conclusão da mesma) deverá ser firmado pelo preposto da contratada e pelo fiscal técnico.

8.13.2. No caso de impossibilidade de identificação do defeito técnico no local, a contratada poderá adotar as medidas cabíveis como à remoção de peças ou componentes para as suas oficinas, desde que:

8.13.2.1. A remoção de qualquer equipamento, componente e/ou peça para conserto em oficina da contratada, estará condicionada à prévia autorização da gestão contratual, sob pena de sanção contratual.

8.13.2.2. As despesas com a desinstalação, o transporte quando da retirada e da devolução, o devido acondicionamento para o transporte, e a reinstalação do equipamento, componente e/ou peça correrão por conta da contratada, que responderá por quaisquer danos causados ao material para além daquele(s) já indicado(s) no Relatório Circunstanciado.

8.14. Havendo necessidade de substituição de peças, a contratada deverá realizar o reparo seguindo os prazos da **Tabela 01** presente no ANEXO III, seja no local onde estão instalados os equipamentos ou em oficina, a contar da aprovação do serviço pela fiscalização técnica do contrato.

8.14.1. Caso haja impossibilidade de substituição das peças no prazo indicado, a contratada deverá apresentar justificativa fundamentando a impossibilidade do fornecimento e instalação, indicando prazo máximo para atendimento, sob pena de incorrer em sanção contratual.

8.14.2. Dentro dos prazos estipulados, fica assegurado à UFPE que a contratada deverá sanar o defeito causador da paralisação dos equipamentos.

8.15. Nos equipamentos em que a garantia de serviços de **manutenção corretiva** se encontre vigente, novos serviços somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia e expressa autorização da fiscalização técnica do contrato.

8.15.1 Sendo constatado que o defeito do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a contratada comunicará o fato ao fiscal técnico do contrato, mediante *Lauda Técnico*, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

8.15.1.1. Caso a contratada execute os serviços de manutenção corretiva e disso resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus aos quais estaria obrigado o fabricante do equipamento.

8.15.1.2. Durante o prazo de garantia dos equipamentos será atribuída à contratada a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

8.16. Constatada a necessidade de substituição de peças em quaisquer dos equipamentos contemplados pelo contrato a ser firmado, o fornecimento e a instalação obedecerão às seguintes etapas:

- i. Emissão de *Relatório Circunstanciado*, pela contratada, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas, conforme **subitem 8.13**;
- ii. Ratificação, pela fiscalização técnica do contrato, da necessidade de substituição das peças indicadas no *Relatório Circunstanciado* apresentado pela contratada;
- iii. Fornecimento e instalação das peças pela contratada.

8.17. Constatada a necessidade de substituição de peças, a nota fiscal e a garantia legal das mesmas deverão ser entregues pela contratada ao fiscal técnico do contrato.

8.17.1. Caso a contratada não apresente a nota fiscal da peça, deverá apresentar uma declaração própria, responsabilizando-se pela procedência da mesma, pelo período estipulado pelo fabricante, a contar da data de sua instalação, independentemente do término da vigência contratual. Esta garantia incluirá a remoção, reparo e/ou substituição e reinstalação da peça em questão.

8.17.2. As peças substituídas terão prazo de garantia igual ao fornecido pelo fabricante ou de, no mínimo, 3 (três) meses, o que for mais vantajoso para a UFPE, a contar da instalação e funcionamento do equipamento.

8.17.3. Todas as peças fornecidas e instaladas pela contratada deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior.

8.17.4. Não será aceita a substituição de peças danificadas por peças usadas ou recondicionadas, exceto se estas forem utilizadas em caráter emergencial, e apenas nos casos em que o prestador de serviço necessite adquirir as referidas peças de terceiros ou do fabricante e desde que não causem mais danos aos equipamentos.

8.17.5. Não serão aceitos materiais de reposição com marcas distintas dos existentes, exceto quando caracterizar-se como material “fora de linha”, ou seja, que não é mais fabricado, ou comprovada a equivalência técnica de outra marca, a serem submetidos à análise e aceite prévios da fiscalização técnica do contrato.

8.17.6. A contratada deverá entregar ao fiscal técnico do contrato todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos para análise, e, após, se responsabilizar pela destinação final, conforme a ser disposto no Termo de Referência a elaborar.

8.18. Caso a UFPE constata qualquer negligência por parte da contratada, cuja solução demande materiais e ou mão-de-obra, estas serão fornecidas pela contratada sem ônus para a UFPE.

8.19. A contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal técnico, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

8.20. O fiscal técnico do contrato poderá acompanhar a substituição para certificar-se da efetividade dos serviços, bem como promover diligências visando a comprovar a originalidade e a genuinidade dos componentes.

8.21. As despesas (transporte, diárias, alimentação) advindas com a locomoção do(s) técnico(s) para manutenção, correrão por conta da contratada.

8.22. Os serviços executados de manutenção corretiva deverão ter um prazo mínimo de garantia de:

- i. 90 (noventa) dias para mão de obra executada contados do recebimento definitivo do serviço executado;
- ii. 90 (noventa) dias para as peças substituídas contados do recebimento definitivo do serviço executado.
- iii. A CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE as mesmas garantias concedidas pelo fabricante das peças substituídas, caso seja superior à exigida.

8.23. Além dos deveres exigidos neste item, as obrigações a serem cumpridas pela contratada, visando à correta e perfeita execução dos serviços, deverão ser explicitadas em item específico do Termo de Referência a ser elaborado.

8.24. A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste documento e em especial:

8.25. A CONTRATADA deverá apresentar em até 15 (quinze) dias corridos do início, autorizado pela Contratante, da execução dos serviços, o *software* a ser utilizado para a gestão e o acompanhamento das manutenções. A CONTRATANTE avaliará o *software* e decidirá sobre sua aceitação de acordo com os parâmetros abordados.

8.25.1. Caso a Contratante decida sobre a não aprovação do *software*, a CONTRATADA deverá apresentar em até 15 (quinze) dias corridos da reprovação outro(s) *software(s)* que atenda(m) as recomendações da Contratante.

8.25.2. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de instalação do *software* de manutenção para implementar o funcionamento total do mesmo, alimentando-o com todos os históricos de manutenção dos equipamentos especificados neste documento.

8.25.3. Durante esse período de implementação do *software* de manutenção, as ordens de serviço deverão ser digitalizadas e encaminhadas semanalmente ao gestor /fiscal técnico do Contrato.

8.25.4. Mensalmente deverá ser emitido um Relatório Técnico de Manutenção, referente ao mês dos serviços já prestados. Esse relatório deve conter todos os serviços prestados, contemplando todas as rotinas de manutenção verificadas, peças /componentes danificados, gastos ou defeituosos substituídos com respectivo laudo técnico para justificar a substituição de cada componente e a discriminação do defeito, materiais utilizados, descrição de procedimentos detalhados de testes, descrição de outras intervenções não programadas nos equipamentos, regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias além do cronograma de intervenções previstas para o mês subsequente. Esse relatório deverá ser assinado e rubricado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA e encaminhado a fiscalização técnica do Contrato até o 10º dia do mês subsequente ao mês referente aos serviços prestados.

8.26. Todos os relatórios e documentos técnicos abordados no presente documento deverão abranger o máximo de itens relacionados abaixo, quando pertinentes, além de outros quaisquer que a CONTRATADA julgar necessário:

8.26.1. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;

8.26.2. Descrição dos serviços preventivos e corretivos executados no mês, bem como falhas de testes, incluindo a data, o horário e o local dos mesmos;

8.26.3. Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações;

8.26.4. Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;

8.26.5. Leitura dos instrumentos de medida antes e depois dos serviços preventivos;

8.26.6. Análise dos testes;

8.26.7. Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo a falta de energia ou água e picos de consumo de energia ou de água;

8.26.8. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução da Contratante;

8.26.9. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

8.26.10. Estudos e levantamentos realizados;

8.26.11. Informações sobre a situação dos equipamentos, indicando deficiências;

8.26.12. Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;

8.26.13. Relação de materiais e equipamentos necessários para conclusão de serviços;

8.26.14. Sugestão de materiais a serem adquiridos para manutenção do estoque mínimo.

8.26.15. Gráficos;

8.27. Manter arquivadas cópias de todos os relatórios técnicos de que trata este documento;

8.28. Implantar adequadamente o plano de manutenção, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz.

8.29. Submeter à avaliação da Contratante, obrigatoriamente, acervo técnico de profissional que, por qualquer razão, venha a substituir funcionário do quadro já aprovado para realização dos serviços.

8.30. Manter os equipamentos constantes do objeto deste documento em bom estado de funcionamento, eficiência e limpeza, mediante manutenções preventiva e corretiva, utilizando, quando necessário, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas com os dizeres “EM MANUTENÇÃO”, no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas;

8.31. Executar os serviços objeto do Contrato com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Contratante.

8.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

8.33. Cumprir os prazos estipulados pelo gestor do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação à Contratante, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do Contrato;

8.34. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do Contrato, uma vez que a CONTRATADA procedeu à minuciosa vistoria executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho, de modo a não ter incorrido em omissões as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

8.35. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do fiscal do Contrato. Os casos não abordados serão definidos pela Contratante, visando sempre manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão;

8.36. Encaminhar ao gestor do Contrato, em 05 (cinco) dias corridos a partir do início, autorizado pela Contratante, da execução dos serviços, a relação dos empregados que executarão os serviços, bem como a comprovação da formação exigida neste documento, podendo o fiscal do Contrato impugnar aqueles que não preencherem as condições técnicas necessárias;

8.36.1. A relação dos empregados deverá conter: nome completo, número do documento de identidade, foto, função, endereço residencial, telefone para contato. A CONTRATADA deverá manter a referida relação sempre atualizada;

8.36.2. Sempre que houver mudança na equipe, a fiscalização técnica do Contrato deverá ser notificada por escrito, sendo que o aceite do novo profissional ficará a cargo da CONTRATANTE, que verificará se todas as exigências curriculares contratuais foram cumpridas;

8.37. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos Engenheiros no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do início, autorizado pela Contratante, da execução dos serviços, encaminhar os comprovantes a fiscalização técnica do Contrato;

8.38. Quando da substituição de responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, apresentando-a a Gestão do Contrato;

8.39. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, devendo corrigir às suas expensas, os serviços que a Contratante julgar insatisfatórios, sendo a garantia dos serviços de no mínimo 01 (um) ano, e a garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA a do fabricante das peças.

8.40. Responsabilizar-se totalmente por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços;

8.41. Executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para realização dos testes necessários à aferição dos serviços, conforme dispõe o artigo 75 da Lei n.º 8.666/93;

8.42. Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO ou outro órgão designado pela Contratante;

8.42.1. Testar as instalações na presença da fiscalização técnica do Contrato sempre que for solicitado;

8.42.2. Testar as instalações que sofreram manutenção corretiva;

8.43. A CONTRATADA deverá manter, em seu estabelecimento mais próximo do local em que estejam instalados os elevadores, serviço de atendimento de chamadas emergenciais.

8.44. Efetuar as correções normais de eficiência do funcionamento dos equipamentos, sempre que as inspeções ou testes indicarem modificações de parâmetros técnicos de qualquer um deles;

8.45. Comunicar imediatamente a fiscalização técnica do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

8.46. Compatibilizar dentro do horário de expediente os serviços de manutenção preventiva com as solicitações e necessidades de manutenção corretiva;

8.47. Realizar, por meio do fabricante ou empresa devidamente autorizada pelo fabricante, serviços que a Contratante julgar necessário, com as devidas correções dos problemas identificados nos equipamentos constantes deste documento, em conformidade com o manual dos equipamentos, no prazo estipulado pela Contratante;

8.48. Solicitar autorização para execução dos serviços à fiscalização técnica do Contrato caso os serviços impliquem na paralisação de equipamentos por período superior a 01 (uma) hora;

8.49. Atender a quaisquer serviços de emergência nos equipamentos, a critério da Contratante, mesmo que resulte em acréscimo de pessoal ou material, ainda que fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

8.50. Os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades da Contratante, inclusive se necessário aos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente;

8.51. Solicitar autorização da Contratante para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato;

8.51.1 Enviar listagem com nome dos profissionais, número das respectivas carteiras de identidade e locais onde irão realizar os trabalhos;

8.51.2. Fazer o pedido por escrito em até 04 (quatro) horas antes do final do expediente da Contratante;

8.52. Seguir criteriosamente as manutenções preventivas periódicas de acordo com os manuais técnicos do fabricante dos equipamentos e observações recomendadas pela Contratante de modo a manter a padronização, originalidade e operacionalidade dos equipamentos;

8.53. Comunicar a fiscalização técnica do Contrato o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos equipamentos objeto do Contrato;

8.54. Submeter seus empregados a um programa de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento, principalmente normas da Contratante, os quais ficam sob responsabilidade da CONTRATADA, antes do início das atividades no órgão;

8.54.1. Promover outros cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho aos seus empregados de acordo com a necessidade de cada categoria profissional, preferencialmente fora do expediente normal de trabalho;

8.54.2. Realizar, anualmente, treinamento para os Engenheiros, que contenha conteúdo programático, tais como: características de liderança; como controlar; como fiscalizar; autoridade funcional; autoridade moral; responsabilidade da função; atendimento de pessoas, etc.;

8.55. Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.56. Atender às instruções da Contratante quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências da Contratante;

8.57. Atender com a máxima presteza as solicitações para correção de falhas, mau funcionamento e defeitos nos equipamentos objeto do presente documento;

8.58. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e componentes dos equipamentos descritos neste documento, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da CONTRATADA na manutenção ou operação, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos, dentro de 30

(trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso a reposição/ressarcimento não seja realizada dentro do prazo estipulado, a Contratante reserva para si o direito de descontar o valor respectivo da fatura do mês.

8.58.1. Nesta situação, todas as peças deverão ser originais e substituídas pela contratada, exceto quando caracterizar-se como material “fora de linha”, ou seja, que não é mais fabricado, ou comprovada a equivalência técnica de outra marca, o que, necessariamente, deverá ser comprovado através de testes e ensaios previstos por normas a serem submetidos à análise e aceite prévios da fiscalização técnica do Contrato;

8.59. Assumir, caso execute serviços que resultem a perda da garantia oferecida a qualquer equipamento, durante o período remanescente da garantia, todo o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

8.60. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais;

8.61. Atender a serviços eventuais e essenciais ao bom funcionamento dos equipamentos, a critério da Contratante, adaptações e pequenas modificações nas instalações existentes (exemplo: serviços de soldagem, recuperação de pequenos componentes, etc), mesmo que resulte em acréscimo de pessoal ou material;

8.62. Permitir livre acesso da fiscalização técnica do Contrato e toda pessoa autorizada por ela aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes ao Contrato;

8.63. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

8.63.1. Assim estiver previsto e determinado no Contrato;

8.63.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Contrato e de acordo com o projeto;

8.63.3. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo do fiscal do Contrato, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;

8.63.4. A fiscalização técnica do Contrato assim o determinar ou autorizar por escrito;

8.63.5. Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual ou coletiva;

8.64. Comunicar, imediatamente, a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes dos equipamentos relacionados com o Contrato, como seria o caso do desaparecimento de componentes ou substituição por duas vezes seguidas de um determinado componente no mesmo local num período inferior a um mês;

8.65. Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para a Contratante;

8.66. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado;

8.67. Considerar o(s) Engenheiro(s) Elétrico(s) ou Mecânico(s) como seu(s) preposto(s) que será responsável por coordenar os trabalhos e gerenciar operacionalmente os empregados, com as seguintes responsabilidades:

8.67.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

8.67.2. Manter os funcionários, quando em serviço, em totais condições de higiene pessoal e segurança, trajando uniforme, portando crachá de identificação com os dados do empregado e foto recente e com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;

8.67.3. Fiscalizar e orientar todos os empregados sobre o uso correto dos equipamentos, promovendo a substituição de materiais desgastados ou que já não apresentem condições favoráveis de uso;

8.67.4. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;

8.67.5. Estar sempre em contato com o fiscal técnico do Contrato;

8.67.6. Gerenciar, planejar e controlar a lista de materiais, ferramentas e equipamentos da CONTRATADA de forma que os serviços de manutenção não sofram interrupções.

8.67.7. Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas da Contratante;

8.67.8. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;

8.67.9. Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim;

8.67.10. Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a área de manutenção da CONTRATADA ou da Contratante;

8.67.11. Manter o gestor do Contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas;

8.67.12. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, prestadores de serviço ou visitantes da casa, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao gestor do Contrato;

8.67.13. Desenvolver todas as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações do gestor do Contrato, de acordo com as necessidades dos serviços;

8.67.14. Fiscalizar a apresentação e a atualização dos *softwares* de acompanhamento da manutenção e da operação dos elevadores;

8.67.15. Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos empregados da CONTRATADA, procurando sempre lhes dar o devido retorno quanto aos pleitos formulados;

8.68. Comunicar por escrito ao fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 horas, o desligamento de empregado da CONTRATADA, devendo a substituição ser promovida no mesmo prazo. Os empregados substitutos devem ser orientados sobre as técnicas de execução dos serviços;

8.69. Exigir que seus empregados cumpram com pontualidade o horário de prestação dos serviços, observando as disposições que forem baixadas pela Contratante sobre o assunto;

8.70. Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento 24 horas/dia, sendo ao menos um deles tipo telefone celular habilitado ao preposto da CONTRATADA, a fim de que possa ser contatado nos finais de semana, feriados ou após o expediente normal de serviços em caso de emergência, sem ônus para a Contratante. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial;

8.70.1. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número ao gestor do Contrato imediatamente;

8.71. Atender prontamente às solicitações da Contratante para restabelecer o funcionamento dos elevadores paralisados ou com funcionamento anormal, no prazo máximo de 2 (duas) horas;

8.72. Apresentar à Contratante, no primeiro dia útil de cada mês, as datas e horários previstos para realização da manutenção preventiva para cada equipamento, separadamente.

8.73. Fornecer, sem repassar os custos para seus empregados, exceto nos casos previstos em Lei ou Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

8.73.1. Uniformes completos com a identificação da empresa e adequados à natureza do serviço;

8.73.2. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivos adequados aos serviços prestados, conforme Norma Regulamentadora 6 e 18 (item 18.23. da NR) do Ministério do Trabalho e Emprego e CLT (arts. 166 e 167 da CLT), impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;

8.73.3. Crachás de identificação com fotografia;

8.73.4. Ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;

8.74. As atividades da CONTRATADA deverão contemplar, em especial, as práticas sustentáveis indicadas pelos incisos II, III, IV e V do artigo 4º do *Decreto nº 7.746*, de 5 de junho de 2012, conforme se depreende do subitem 3.3 deste ETP.

8.75. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.77. A licitação na modalidade de pregão eletrônico se regerá pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666 /93, e suas atualizações, e pela IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e pelo decreto nº 10.024/19.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 O quantitativo dos elevadores presente neste Estudo Técnico Preliminar advém de levantamento realizado pela Gerência de Sistemas Mecânicos DMC/SINFRA/UFPE, tal como indicado no Quadro 2, e engloba elevadores que já foram atendidos por contrato de prestação de serviços sob gestão e fiscalização do Centro Acadêmico do Agreste - CAA (contrato 53/2015, cuja vigência já se encerrou), e elevadores que ainda não foram atendidos por contratos de prestação de serviços, como os do Bloco de Medicina (do CAA), do CCSA, CCEN, CIn, CEERMA e CAC, em virtude de serem equipamentos novos, ou não inclusos na última licitação.

Quadro 2 - Quantitativo dos elevadores

Grupo	Tipo	Item	Marca	Número de paradas /Capacidade	Utilização	Localização
1	Elevador	2	Atlas Schindler	4 Paradas / 10 Pessoas (750 Kg)	Passageiros	CAA Bloco de Medicina UFPE - Caruaru
	Elevador	3	Thyssenkrupp	4 Paradas / 8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	CAA Bloco K (Pós Graduação) UFPE - Caruaru
	Elevador	4	Atlas Schindler	4Paradas / 13 Pessoas (1000 Kg)	Passageiros	CAA Bloco de Medicina UFPE - Caruaru
	Elevador	7	Atlas Schindler	4 Paradas / 13 Pessoas (1000	Passageiros	CAA Bloco de Medicina

				kg)		UFPE - Caruaru
2	Elevador	1	Thyssenkrupp	3 Paradas / 8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	CCSA Bloco F UFPE - Recife
	Elevador	5	Orona	3 Paradas / 8 Pessoas (630 Kg)	Passageiros	CCM Novo prédio de medicina UFPE - Recife
	Elevador	6	Orona	2 Paradas / 8 Pessoas (630 Kg)	Passageiros	CNTM UFPE - Recife
	Plataforma	8	Thyssenkrupp	2 Paradas / 2 Pessoas (250 kg)	Passageiros	CIn Bloco E (Módulo 4) UFPE - Recife
	Plataforma	9	(Sem marca) ¹	2 Paradas / 2 Pessoas (400 kg)	Passageiros	CEERMA ¹ UFPE - Recife
	Elevador	10	Ortobras	2 Paradas / 3 Pessoas (225 Kg)	Passageiros	CAP Colégio de Aplicação UFPE- Recife
	Elevador	11	Thyssenkrupp	2 Paradas / 8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	CCSA Bloco D UFPE - Recife
	Plataforma	12	Basic Elevadores	2 Paradas / 2 pessoas (225 kg)	Passageiros	CAV Biblioteca UFPE - Vitória de Santo Antão
	Plataforma	13	Thyssenkrupp	3 Paradas / 2 Pessoas (250 kg)	Passageiros	CAC Design UFPE - Recife
	Elevador	14	Ortobras	4 Paradas / 8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	CCEN Departamento de Estatística UFPE - Recife
¹ Equipamento sem informações, desta forma foi necessário criar o Anexo fotográfico (ANEXO II) para fornecer as licitantes informações necessárias.						

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. O valor estimado é decorrente da média de cotações colhidas junto aos fornecedores.

10.2. Foram contatadas inúmeras empresas prestadoras de serviço de manutenção de elevadores, conforme e-mails constantes do processo. Todavia a grande maioria não enviou retorno.

10.3. Foram obtidos três orçamentos, que serviram de base para a elaboração da planilha de formação de preço máximo, ANEXO II.

10.4. Visando evitar que o valor máximo aceitável para a contratação seja fixado no limite mínimo do mercado, optou-se pela obtenção da média dos valores cotados.

10.5. O valor total estimado para estes serviços é R\$ 181.201,76 (cento e oitenta e um mil, duzentos e um reais e setenta e seis centavos).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A contratação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva deverá ser conduzida por grupos, conforme descrito no anexo II, sendo um grupo com 4 (quatro) itens e um grupo com 10 (dez) itens. O agrupamento foi realizado em função da localização dos Elevadores de Passageiros e Plataformas de Acessibilidade, de forma que uma empresa fique encarregada do atendimento de todas as demandas relativas aos equipamentos existentes em um mesmo campus. Isso facilitará sobremaneira a administração do contrato, o acompanhamento, a fiscalização e a própria logística de realização dos serviços, além de contribuir para a economia de escala.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Não há, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, contratações correlatas e /ou interdependentes com o objetivo da contratação em referência.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O Planejamento Estratégico busca reparar negligências institucionais históricas no que diz respeito à manutenção de equipamentos que se encontram atrelados ao desenvolvimento, a contento, das atividades finalísticas da UFPE, como no presente caso.

13.2. O Plano Estratégico Institucional – PEI da UFPE para o período de 2013-2027 apresenta como um dos objetivos estratégicos: promover uma política de sustentabilidade, mediante, dentre outros pontos, “incorporar, sempre que possível, requisitos sócio ambientais na licitação de bens e serviços” e “estimular nos parceiros o comprometimento com a sustentabilidade, de forma que desenvolvam uma atitude cidadã no seu ambiente de trabalho e dia a dia”^[1]. A acessibilidade a ser contemplada pelo objeto da contratação pretendida faz parte da sustentabilidade social.

13.3. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFPE para 2019-2023 ratifica o citado objetivo do PEI 2013-2027 quanto à promoção de uma política de sustentabilidade e acrescenta a questão da responsabilidade social, propondo “identificar e divulgar as ações de acessibilidade e inclusão educacional para pessoas com deficiência”^[2]. A contratação

pretendida da manutenção dos elevadores e plataformas de acessibilidade irá assegurar que esses equipamentos possibilitem a acessibilidade e a inclusão educacional de pessoas com deficiência.

13.4. Além disso, o PDI em seu Objetivo Estratégico 17 trata de “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física [...], garantindo a acessibilidade com eficácia”^[2]. Destaca-se novamente que a garantia da acessibilidade será promovida pelo objeto deste Estudo Preliminar que visa à contratação de empresa para manutenção de elevadores e plataformas de acessibilidade, facilitando a circulação dos estudantes, professores e demais usuários nos prédios da Instituição.

13.5. O serviço objeto do presente estudo técnico preliminar está previsto no PGC/2021 no item 20779.

13.6. A contratação está prevista no Planejamento Orçamentário Anual (POA) conforme o código 17.05 DMC/Sinfra 07-Manutenção de 10 elevadores e plataformas da UFPE, Recife e CAA.

[1] UFPE. Plano Estratégico Institucional UFPE – 2013-2027, dez. 2013, p. 30. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40feb285-90bf01186a5d>. Acesso em: 9 nov. 2020.

[2] UFPE. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2023. Documento aprovado pelo Conselho Universitário em 20 de setembro de 2019, p. 127; 138-139. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/1956380/Plano+de+Desenvolvimento+Institucional+UFPE+2019_2023+atualizado+em+10_10_19.pdf/37357c88-c4df-4b34-84e7-f52eb6808ad9>. Acesso em: 9 nov. 2020.

14. Análise das Contratações Anteriores

14.1. Limitar-nos-emos a analisar os contratos 63/2019, 04/2016 e 53/2015 referentes à manutenção de Elevadores situados em diversas localidades do Campus Recife e do Centro Acadêmico do Agreste (Campus Caruaru), podendo servir como instrumentos de planejamento a fim de subsidiar a contratação dos serviços deste estudo técnico preliminar.

14.2. Dos equipamentos deste Estudo Técnico Preliminar (ETP):

14.2.1. O contrato 53/2015, por meio do processo administrativo nº 23076.056337/2014-05, iniciado em 10 de junho de 2015, contempla a manutenção técnica, preventiva e corretiva, de 1 elevador de passageiros de uso comum, localizado no prédio da Pós-Graduação, Bloco K do Campus Agreste (CAA), em Caruaru-PE, o resumo deste contrato encontra-se no Quadro 3.

Quadro 3 – Equipamentos do contrato 53/2015

Item	Quant.	Localização	Utilização	Especificação Marca	Nº de paradas / Capacidade
1	1	Bloco K do CAA	Passageiros	Plataforma Thyssenkrup Elevadores, Modelo MCP7S	04 Paradas / 8 Passageiros

Os valores e seus respectivos reajustes do contrato 53/2015 foram encontrados de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 – Valores do contrato 53/2015

Contrato	Inicial	1 TA	2 TA	3 TA	4 TA
Valor	15.599,00	17.259,03	17.840,28	17.876,55	19.200,0
Reajuste	0	10,6529%	3,3678%	0,2033%	0

TA = Termo aditivo

14.3. De outros elevadores e plataformas que foram licitados pela UFPE e que não estão neste Estudo Técnico Preliminar (ETP):

14.3.1. O contrato 04/2016, por meio do processo 23076.024911/2014-39, iniciado em 14 de fevereiro de 2016, contempla a manutenção técnica, preventiva e corretiva, de 3 elevadores de passageiros, 2 de uso comum e 1 de uso restrito, localizados no Centro de Informática – CIn e Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, respectivamente no Quadro 5.

Quadro 5 – Equipamentos do contrato 04/2016

Item	Quant.	Localização	Utilização	Especificação Marca	Nº de paradas / Capacidade
------	--------	-------------	------------	------------------------	-------------------------------

1	2	CIn	Passageiros	Elevadores OTIS Modelo GEN2	06 Paradas / 13 Passageiros
2	1	CCJ	Passageiros	Montele Elevadores Modelo EL-200	03 Paradas / 03 Passageiro

Contudo, o CIn solicitou a Diretoria de Licitações e Contratos a suspensão dos seus dois elevadores deste contrato antes da homologação do mesmo, onde um convênio com outras instituições se comprometeram em realizar as manutenções nos elevadores OTIS do CIn, portanto resultando apenas neste contrato a manutenção do elevador do CCJ. O referido contrato foi encerrado em fevereiro de 2019 e os equipamentos foram inseridos no contrato 63/2019.

14.3.2 O contrato 63/2019, por meio do processo 23076.008146/2018-52, iniciado em 21 de novembro de 2019, corresponde à contratação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, lubrificantes e mão de obra, em 55 elevadores e plataformas de acessibilidade localizados em diversos prédios do Campus Recife (Campus Joaquim Amazonas, Memorial de Medicina e Faculdade de Direito), excluído o Hospital das Clínicas, prédio da antiga sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Centro acadêmico de Vitória da UFPE. Esse contrato foi cotado com o valor global de R\$ 1.046.413,76.

15. Resultados Pretendidos

15.1. Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para os quatro segmentos envolvidos: servidores, docentes, discentes e sociedade, pois mediante:

15.1.1. Melhor execução dos serviços contratados, em decorrência dos princípios de eficiência e sustentabilidade;

15.1.2. Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratuais;

15.1.3. Atendimento aos preceitos legais vigentes;

15.1.4. Minimizar inadimplemento contratual em decorrência de situações que possam gerar desgastes ou custos para a UFPE e consequentemente comprometimento da qualidade dos serviços;

15.1.5. A manutenção preventiva e corretiva ocorrida de forma contínua (sem descontinuidade ao longo dos semestres letivos) e abrangente (em todos os equipamentos) evitará descontinuidades das atividades acadêmicas. Além disso, a manutenção preventiva atuará de modo a minimizar o desgaste decorrente do uso diário, afastando a possibilidade dos equipamentos se tornarem inservíveis ou irre recuperáveis em curto espaço de tempo, e também assegurará que os mesmos operem em condições seguras, evitando acidentes;

15.1.6. A contratação contínua e abrangente, como a que se pretende, implicará, também, em economicidade, ao evitar contratações emergenciais que, por insuficiência orçamentária, efetuam-se por prazos irrisórios além de não abarcarem todo o elenco de equipamentos, embora muitos dos quais interdependentes entre si. Logo, padece a eficácia;

15.1.7. De modo a assegurar melhor aproveitamento dos recursos envolvidos, visando à mensuração dos aspectos mencionados no *art. 47 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, a execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de ***Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Estará anexo ao TR)***.

16. Providências a serem Adotadas

16.1. Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste ETP, destaca em relação a cada um dos itens abaixo:

i. *infraestrutura elétrica*: Não há necessidade de adequações, será utilizada a infraestrutura existente.

ii. *relação ao espaço físico*: Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a prestação do serviço a ser contratado.

iii. *estrutura organizacional*: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.

iv. *Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional*: exige-se como uma das obrigações contratuais, de modo a prevenir acidentes a si próprios e /ou a terceiros mediante a correta e perfeita manipulação das peças.

v. *Impacto ambiental da implantação da solução*: A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste ETP e que devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

vi. *Impacto na equipe da área especialista*: Dois servidores do quadro permanente serão designados, respectivamente, como Fiscal Técnico e Fiscal Substituto do contrato de manutenção a ser celebrado. Estes servidores deverão conciliar suas atividades rotineiras com as atividades inerentes às funções de fiscal do referido contrato. Cada centro detentor de elevador(es) indicará um fiscal setorial para acompanhar as realizações dos serviços, conforme prevê a *IN SEGES/MPDG nº 05/2017*.

vii. *Impacto na equipe da área beneficiária*: Não há necessidade de adequações.

viii. *Impacto na rotina dos usuários da solução*: Considerando a programação acadêmica da UFPE, o serviço deverá ser prestado, obrigatoriamente, de acordo com um cronograma preestabelecido.

ix. *Impacto de mudança de processos de trabalho da organização*: Não haverá impacto uma vez que todo o trabalho será fiscalizado sistematicamente pelo Fiscal Setorial do contrato.

16.2. Considerando que:

- i. a execução a contento dos serviços se encontra condicionada ao domínio e boa prática dos procedimentos estabelecidos pela *IN SEGES/MPDG nº 05/2017*;
- ii. os servidores a serem indicados para assumir a fiscalização técnica e setorial serão os principais auxiliares do gestor contratual, uma vez que por se tratar de serviços sem mão de obra exclusiva, sendo inexistentes várias das tarefas administrativas exigidas pela *IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, não haverá necessidade de fiscalização administrativa;
- iii. o servidor a ser indicado deve pertencer ao quadro de técnicos-administrativos da UFPE, a assegurar perenidade no acompanhamento da execução dos serviços contratados,

Conforme recomenda o *subitem 3.10, "b", do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, **deve-se providenciar capacitação para o referido servidor antes do início da execução contratual**. A capacitação deve ocorrer de acordo com o cronograma do Quadro 6, conforme o item "a" do subitem 3.10 *do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*. Caso o servidor responsável (fiscal ou gestor) já tenha tais treinamentos e cursos, despreza-se esta etapa. Julgando apenas a sua reciclagem, caso necessário.

QUADRO 6- Providências a serem tomadas

Ação	Agente	Período	Responsável
Treinamento sobre Gestão de contratos	Gestor	Maio/2022 a setembro/2022	Sinfra/UFPE
Treinamento sobre Fiscalização de contratos	Fiscal técnico e setorial	Maio/2022 a setembro/2022	Coordenador de infraestrutura ou diretor de cada centro

16.3. Levando em conta que não há necessidade de adequação, por parte da UFPE, do ambiente do órgão, não há risco de fracasso da licitação por falta de adequação nas instalações da contratante, que já se encontra adequada a receber a prestação dos serviços em estudo.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1. Os impactos ambientais da não realização dos serviços objetos deste ETP são sucintamente descritos no Quadro 7, classificados por natureza temporal (curto e longo prazo) e também pela área afetada (solo, ar e água). Longo prazo aqui definido como a vida útil de um equipamento eletromecânico, ou seja, 10 (dez) anos.

Quadro 7 - Impactos causados pela **não realização** das manutenções

Não realização das manutenções		
Tempo	Curto Prazo	Longo Prazo
Solo	Vazamento de óleo, graxa e resíduos para o solo.	Não detectado

Água	Não detectado	Não detectado
Ar	Não detectado	Não detectado
Ruído	Aumento do ruído extrapolando os limites permitidos	Aumento do ruído extrapolando os limites permitidos
Resíduo sólido	Quebra de componente e consequente descarte.	Redução da vida útil do equipamento e consequente descarte de todos os componentes.

17.2. Os impactos ambientais da realização dos serviços objetos deste ETP são descritos no Quadro 8, classificados por natureza temporal (curto e longo prazo) e também pela área afetada (solo, ar e água). Esta tabela aponta os impactos, caso realizados todos os procedimentos técnicos conforme orientado pelo ANEXO III deste ETP.

Quadro 8 - Impactos causados pela **realização** das manutenções

Realização das manutenções		
Tempo	Curto Prazo	Longo Prazo
Solo	Não detectado	Não detectado
Água	Consumo eventual de água para a lavagem dos componentes.	Não detectado
Ar	Pequeno percentual de gases gerados na realização de soldas pontuais.	Não detectado
Ruído	Ruído durante a manutenção, como furadeira, batidas, etc	Não detectado
Resíduo sólido	Descarte de componentes e peças como filtros, tubulações, placas, isolamento, etc.	Não detectado

17.3. Medidas de tratamento: O ANEXO III apresenta diversas instruções sobre quais os procedimentos corretos, normas técnicas e os manuais dos equipamentos também preconizam sobre tais metodologias de execução de serviços, entretanto ressalta-se aqui os critérios apresentados no item anterior (Impactos ambientais considerando a Realização das manutenções).

17.3.1. Água: O consumo de água deve ser reduzido com o uso eficiente, através de lavadores de alta pressão e otimização das rotinas, além da possibilidade de uso de água de condensação e pluvial.

17.3.2. Ar: Gases gerados durante a solda não são de grandes volumes, podem ser mitigados através de soldas elétricas.

17.3.3. Ruído: Reduções de ruído são instruídas através de equipamentos que atendam aos limites estabelecidos para o ambiente em questão.

17.4. Deverão ser observadas as diretrizes no Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução nº103 /2012 do CSJT, bem como da Instituição Normativa nº1/2010 da SLTI/MPOG, sem prejuízo de outras normas e boas práticas desta natureza aplicáveis à hipótese.

17.5. Os critérios de sustentabilidade foram introduzidos em relação ao descarte de peças, assim como a exigência de que o contratado deverá, ao realizar os serviços, adotar práticas compatíveis com a preservação do meio-ambiente, de forma a não trazer impacto negativo com as suas atividades. Dentre outros critérios, deve adotar, no mínimo, os seguintes:

- i. Utilizar materiais que não tragam riscos de contaminação aos usuários, aos técnicos prestadores de serviço ou mesmo ao meio-ambiente;
- ii. As peças substituídas serão imediatamente descartadas ou destinadas à reciclagem pela Contratada, conforme orientação do fabricante ou fornecedor, e não deve ser realizado nenhum descarte que possa trazer comprometimento ao meio-ambiente, devendo ser observado as normas vigentes de proteção ambientais aplicáveis ao caso;
- iii. Quando, por absoluta necessidade for adotado algum material que tenha exigências especiais de manuseio, aplicação e descarte, o procedimento deve ser controlado com vigor e fiscalização científica e sua existência, com relato de sua conclusão;
- iv. Eventuais resquícios de óleo decorrente de redutores, rolamentos e outros componentes devem ser manuseados e terem destinação que não traga risco de contaminação ambiental;
- v. Os condutores e eletrodutos devem ser de material compatível com a segurança e com o meio-ambiente: condutores flexíveis, não propagadores de chama e com baixa emissão de halógenos e eletrodutos não propagadores de chama ou fumaça;
- vi. Não deve ser utilizado nenhum material tóxico na instalação ou manutenção dos aparelhos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos a viabilidade da contratação, em virtude do levantamento de mercado supracitado, no qual se observou que a solução escolhida se mostra técnica e economicamente mais favorável à Administração, bem como pela necessidade da prestação do serviço, que atenderá às demandas da comunidade acadêmica conferindo maior acessibilidade aos prédios da UFPE, pelos motivos elencados neste ETP.

19. Responsáveis

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

Diretor de Manutenção e Conservação / Engenheiro Mecânico

CARLOS VITOR DA SILVA SARMENTO

Chefe da Divisão de Máquinas e Equipamentos / Técnico em Refrigeração

DANIELA LIRA TAVARES

Coordenadora / Assistente em administração

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_.pdf (122.86 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Formacao de preço maximo.pdf (27.15 KB)
- Anexo III - ANEXO III - MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.pdf (194.1 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - QUADRO COMPARATIVO.pdf (56.02 KB)
- Anexo V - ANEXO V - RELACAO DE FORNECEDOR .pdf (289.12 KB)

Anexo I - ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_.pdf

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

GRUPO	TIPO DO EQUIPAMENTO	ITEM	MARCA	Nº DE PARADAS	CAPACIDADE	UTILIZAÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	LOCALIZAÇÃO	Coordenadas (S,W)
1	Elevador	2	Atlas Schindler	4	10 Pessoas (750 kg)	Passageiros	Elevador elétrico do tipo sem casa de máquinas; Percurso de 10,45 m; Velocidade de 1 m/s; Cabina em aço inox com 01 entrada; Portas de pavimento automáticas de abertura lateral; Acionamento elétrico com controle VVVF; Dimensões internas úteis da cabina: 1400x1300x2115 mm; Rebaixo mínimo do poço de 1400 mm.	CAA Bloco de Medicina UFPE - Caruaru	-8.2252158, - 35.9832142
		3	Thyssenkrupp	4	8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	Modelo: MCP7S	CAA Bloco K (Pós Graduação) UFPE - Caruaru	-8.2252158, - 35.9832142
		4	Atlas Schindler	4	13 Pessoas (1000 kg)	Passageiros	Elevador elétrico do tipo sem casa de máquinas; Percurso de 10,45 m; Velocidade de 1 m/s em ambas as direções; 04 paradas; Cabina em aço inox com 01 entrada; Portas de pavimento automáticas de abertura lateral; Acionamento elétrico com controle VVVF; Dimensões internas úteis da cabina: 1600x1400x2400 mm; Rebaixo mínimo do poço de 1400 mm.	CAA Bloco de Medicina UFPE - Caruaru	-8.2252158, - 35.9832142
		7	Atlas Schindler	4	13 Pessoas (1000 kg)	Passageiros	Elevador elétrico do tipo sem casa de máquinas; Percurso de 10,45 m; Velocidade de 1 m/s em ambas as direções; 04 paradas; Cabina em aço inox com 01 entrada; Portas de pavimento automáticas de abertura lateral; Acionamento elétrico com controle VVVF; Dimensões internas úteis da cabina: 1600x1400x2400 mm; Rebaixo mínimo do poço de 1400 mm.	CAA Bloco de Medicina UFPE - Caruaru	-8.2252158, - 35.9832142
2	Elevador	1	Thyssenkrupp	3	8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	Cabina: Amazon; Tipo: deficiente físico; Velocidade: 1 m/s; Porta: lateral direita; Linha: frequencedyne; Comando: ACS; Máquina: gearless; Marco: largo.	CCSA Bloco F UFPE - Recife	-8.0492031, - 34.953455
	Elevador	5	Orona	3	8 Passageiros (630 Kg)	Passageiros	Sem informação detalhada por falta de documentação completa do equipamento	CCM Novo prédio de medicina UFPE - Recife	-8.051225262670, - 34.94731813919
	Elevador	6	Orona	2	8 Passageiros (630 Kg)	Passageiros	Sem informação detalhada por falta de documentação completa do equipamento	CNTM Centro nacional de tecnologia de União de revestimento de Materiais. UFPE - Recife	-8.058026733470, - 34.94960498780
	Plataforma	8	Thyssenkrupp	2	2 Pessoas (250 kg)	Passageiros	Plataforma Elétrica. Modelo: VEH 40 (Linha Easy Vertical). Acionamento: Hidráulico oleodinâmico. Percurso: 7,06 m. Velocidade: 0,1 m/s. Tipo de instalação: Interna. Dimensões da base: 900x1400x2200 mm. Desnível Vertical: 3530 mm. Uma porta com altura	Cin Bloco E (Módulo 4) UFPE - Recife	-8.0556401, - 34.9535505
	Plataforma	9	(Sem marca) ¹	2	2 Pessoas (400 kg)	Passageiros	Plataforma Elevatória. ¹	CEERMA ¹ UFPE - Recife	-8.0542335, - 34.9535916
	Elevador	10	Ortobras	2	3 Pessoas (225 Kg)	Passageiros	Elevador vertical predial interno de 02 paradas com acionamento hidráulico, modelo: UR-HD, dimensões: 900mmx1300mm, capacidade: 225kg (3 pessoas), percurso: 3500mm, altura poço: 500mm, porta com abertura automática: tipo VVVF de 800mm, por cilindro hidráulico diâmetro haste 50mm e pressão máxima de trabalho 90 Bar, central Hidráulica: tipo: 4Cv com válvula proporcional, velocidade: 0,25m/s com aceleração PWM, potência: 3KW, Capacidade: 20L óleo, engrenagem de desvio: 21 dentes, corrente de tração: quantidade 2, tipo 50/1R, controle Microprocessado de duas velocidades, freio: T89 16mm e acessórios	CAP Colégio de Aplicação UFPE - Recife	-8.048672959875, - 34.953281093818
	Elevador	11	Thyssenkrupp	2	8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	Cabina: Amazon; Tipo: deficiente físico; Velocidade: 1 m/s; Porta: lateral direita; Linha: frequencedyne; Comando: ACS; Máquina: gearless; Marco: largo.	CCSA Bloco D UFPE - Recife	-8.0492031, - 34.953455
	Plataforma	12	Basic Elevadores	2	2 pessoas (225 kg)	Passageiros	Plataforma Elevatória. Aplicação: Pessoas Portadoras de Mobilidade Reduzida. Desnível Vertical: até 4,0 m. Velocidade: 0,1 m/s. Carenagens de Aço Galvanizado com pintura Eletrostática e acionamento oleodinâmico.	CAV Biblioteca UFPE - Vitória de Santo Antão	-8.116581549536, - 35.2985640637
	Plataforma	13	Thyssenkrupp	3	2 Pessoas (250 kg)	Passageiros	Plataforma Elevatória. Modelo: Easy Vertical Hidro. Aplicação: Pessoas Portadoras de Mobilidade Reduzida. Desnível Vertical: até 4,0 m. Velocidade: 0,1 m/s. Carenagens de Aço Galvanizado com pintura Eletrostática e acionamento oleodinâmico, comandado por botões de pressão constante e botão de parada de emergência na cor vermelha. Motor Elétrico: 220V, 1,2 cv. Alimentação: 220 VAC. Interruptor com chave para liga/desliga. Portas em vidro temperados 8 mm, transparente com altura de 2000 mm; Fixação do equipamento via chumbadores.	CAC Design UFPE - Recife	-8.056455, - 34.951605
	Elevador	14	Ortobras	4	8 Pessoas (600 kg)	Passageiros	Cabina: 1100x1400 mm; Tipo: Unilateral; Velocidade: 1 m/s; Porta: abertura lateral VVVF de 900 mm; Acionamento eletromecânico; Motor Elétrico de de 380 V, 60 Hz e 4 kW.	CCEN Departamento de Estatística UFPE - Recife	-8.050735, - 34.954095

¹ Equipamento sem informações, desta forma foi necessário criar o anexo fotográfico a seguir para fornecer as licitantes informações necessárias.

Anexo II - ANEXO II - Formacao de preço maximo.pdf

ANEXO II - FORMAÇÃO DE PREÇO MÁXIMO

GRUPO	ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR MENSAL					VALOR ANUAL MÉDIO POR GRUPO
						Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3	VALOR MENSAL MÉDIO POR ITEM	VALOR MENSAL MÉDIO POR GRUPO	
1	2	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler , com capacidade de 10 pessoas (750 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	1	R\$ 1.600,50	R\$ 1.062,50	R\$ 1.264,62	R\$ 1.309,21	R\$ 5.409,33	R\$ 64.911,92
	3	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp , modelo MCP7S, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CAA - Bloco K (Pós Graduação), UFPE - Caruaru.	Und	1	R\$ 1.435,50	R\$ 1.062,50	R\$ 1.264,62	R\$ 1.254,21		
	4	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler , com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	1	R\$ 1.848,00	R\$ 1.125,00	R\$ 1.264,62	R\$ 1.412,54		
	7	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler , com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	1	R\$ 1.848,00	R\$ 1.187,50	R\$ 1.264,62	R\$ 1.433,37		
2	1	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Ortobras , com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CCEN - Departamento de Estatística, UFPE - Recife.	Und	1	R\$ 1.435,50	R\$ 1.062,50	R\$ 903,30	R\$ 1.133,77	R\$ 9.690,82	R\$ 116.289,84
	5	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp , modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 02 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Und	1	R\$ 1.270,50	R\$ 975,00	R\$ 1.174,29	R\$ 1.139,93		
	6	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp , modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 03 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Und	1	R\$ 1.353,00	R\$ 1.062,50	R\$ 1.174,29	R\$ 1.196,60		
	8	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Orona, com capacidade para transporte de 8 pessoas (630 kg) e com 02 paradas. CNTM. UFPE-Recife	Und	1	R\$ 1.287,00	R\$ 1.062,50	R\$ 1.174,29	R\$ 1.174,60		
	9	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Orona, com capacidade para transporte de 8 pessoas (kg) e com 03 paradas. CCM. UFPE. Recife	Und	1	R\$ 1.353,00	R\$ 1.125,00	R\$ 1.174,29	R\$ 1.217,43		
	10	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp , com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 03 paradas. CAC - Design, UFPE - Recife.	Und	1	R\$ 594,00	R\$ 775,00	R\$ 903,30	R\$ 757,43		

	11	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp , modelo VEH 40, com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 02 paradas. Cin - Bloco E (Módulo 4), UFPE - Recife.	Und	1	R\$ 577,50	R\$ 687,50	R\$ 903,30	R\$ 722,77	VALOR TOTAL	R\$ 181.201,76
	12	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Hidráulica, com capacidade para transporte de 2 pessoas (225 kg) e com 02 paradas. CAV. UFPE- Vitória	Und	1	R\$ 577,50	R\$ 687,50	R\$ 903,30	R\$ 722,77		
	13	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Hidráulico Modelo UR-HD, com capacidade de 3 pessoas (225 kg), 02 paradas e velocidade de 0.25 m/s. CAP- Colégio de Aplicação. UFPE- Recife	Und	1	R\$ 742,50	R\$ 1.062,50	R\$ 903,30	R\$ 902,77		
	14	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma SEM MARCA , com capacidade para transporte de 2 pessoas (400 kg) e com 02 paradas. CEERMA, UFPE - Recife.	Und	1	R\$ 577,50	R\$ 687,50	R\$ 903,30	R\$ 722,77		

**Anexo III - ANEXO III - MODO DE EXECUÇÃO DO
OBJETO.pdf**

ANEXO III

MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DISCRIMINAÇÃO DOS TIPOS, FREQUÊNCIA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

1.1. Os equipamentos estão definidos no Anexo I deste Estudo Preliminar.

1.2. Os serviços objeto deste documento serão executados de forma continuada, por equipe **não residente** disponibilizada pela CONTRATADA devendo esta obrigatoriamente obedecer aos requisitos de formação profissional dispostos no presente documento. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de **Visitas Técnicas** programadas as quais deverão ser previamente agendadas junto com o cronograma de manutenções preventivas e através de Chamados de Emergência para atendimento de manutenções corretivas. Os chamados de emergência deverão ser atendidos em até 2 (duas) horas após a abertura do chamado pela Contratante. As manutenções devem ser realizadas conforme prazo máximo estabelecidos na Tabela 01.

Tabela 01 – Prazo máximo para atendimento das manutenções.

Manutenção	Prazo atendimento	Prazo solução
Preventiva	Conforme periodicidade e consequente agendamento	
Preditiva	Conforme periodicidade, análises, ensaios e medições.	
Corretiva	24 h	120 h
Chamado emergencial	2 h	24 h

1.3. Os serviços de manutenção de elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade devem ser contratados de forma continuada a fim de garantir a prestação de serviços dos equipamentos por meio de manutenções preventivas, preditivas e corretivas ininterruptamente, pois tais equipamentos são essenciais para assegurar o deslocamento dos usuários da UFPE pelos diversos locais dos campi. Dessa maneira, tem-se como benefícios: atendimento à comunidade acadêmica quanto a transitar entre os diversos pavimentos dos prédios; transporte de materiais; e atendimento às normas de acessibilidade vigentes.

1.3.1. Em virtude da necessidade de continuidade dos serviços de manutenção dos elevadores de passageiros e plataformas de acessibilidade, o contrato de prestação de serviços de natureza continuada deverá ser, inicialmente, de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses, a fim de garantir o adequado funcionamento dos equipamentos e permitir os deslocamentos das pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica.

1.4. Como se depreende da leitura do art. 4º do *Decreto nº 7.746*, de 5 de junho de 2012, cujo conteúdo foi alterado pelo *Decreto nº 9.178*, de 23 de outubro de 2017, o Termo de Referência a ser elaborado, considerando o objeto contratual, deve atribuir obrigações à empresa a ser contratada que contemplem as práticas sustentáveis indicadas pelos incisos II, III, IV e V do referido artigo.

1.5. Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos **Elevadores e Plataformas**, suas peças e componentes de propriedade da Contratante que resultem,

respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos.

1.5.1. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos;

1.5.2. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva devem ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados;

1.5.3. Os serviços de equipamentos, **que por motivos técnicos** não puderem ser executados nos locais de uso, serão retirados pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação da fiscalização técnica, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.5.4. Ocorrendo o previsto no item anterior, a Contratante avaliará sobre a necessidade de se substituir imediatamente o componente, de acordo com o uso do equipamento, o tipo de equipamento/peça, facilidade de se ter em estoque ou de se encontrar no mercado. Caso ocorra, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outros componentes com as mesmas características dos componentes retirados, sem ônus para a Contratante, os quais somente poderão ser retirados quando da reinstalação dos componentes originais devidamente corrigidos.

1.5.5. Todos os serviços prestados deverão ser gerenciados e controlados por um sistema informatizado (*software*) de acompanhamento de manutenção, que atenda aos seguintes parâmetros: i) histórico de manutenção por equipamento; ii) gerenciamento do cronograma de manutenção preventiva, com emissão de ordens de serviço preventivas e corretivas; iii) emissão de relatórios de manutenção detalhados; iv) histórico de dados de medições e testes, permitindo comparações com padrões recomendados pelos fabricantes; v) indicação de prováveis manutenções corretivas para o próximo período, de acordo com análises estatísticas; vi) controle de materiais de consumo e peças/componentes utilizados por período de tempo/equipamento, com custo médio envolvido; vii) capacidade de gravar em banco de dados todos os parâmetros mencionados. Deverá ser alimentado e atualizado diariamente. A operação e manutenção deste software é de responsabilidade da CONTRATADA.

1.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente - de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h -, para qualquer anormalidade verificada nos elevadores; e, caso seja necessário, das 17h às 8h do dia seguinte, ou em finais de semana e feriados, para reparo dos elevadores que estejam parados, apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou pessoas presas na cabine.

1.7. Fora do horário normal de expediente, em condições diferentes das explicitadas no item anterior, o serviço deverá ser autorizado pela fiscalização técnica do Contrato e sem ônus para a Contratante. A CONTRATANTE poderá solicitar a presença do técnico fora dos horários e dias definidos, mediante autorização de serviços extraordinários.

1.8. As manutenções consistem em:

1.8.1. **Preventiva:** tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes, devendo ser executada em duas etapas:

- Inspeção: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;
- Revisão: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes.

1.8.1.1. A manutenção dos equipamentos e instalações será executada obedecendo às rotinas definidas nas ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (1.13), assim como as prescrições do fabricante.

1.8.1.2. As manutenções preventivas deverão ser executadas no horário normal de expediente, de modo que não prejudique o funcionamento das atividades da Contratante. Ainda assim, sempre que necessário este procedimento poderá ser realizado fora do horário normal, independente do equipamento, não implicando em qualquer ônus para a Contratante.

1.8.1.3. A manutenção preventiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e deverá incluir o fornecimento de peças de reposição.

1.8.2. **Corretiva:** tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de relatório técnico específico, assinado por responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

1.8.3. Manutenção Corretiva Inicial: Nos primeiros 30 (trinta) dias corridos do início da prestação dos serviços, autorizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar, impresso e via CD-R ou DVDR, Relatório de Avaliação Técnica a fiscalização técnica do contrato, informando: estado de funcionamento, operacionalidade e integridade de todos os equipamentos, relação de equipamentos ou materiais a serem repostos e cronograma para execução ou estudo das pendências, além de relação dos componentes dos equipamentos com sua localização, nome do fabricante, modelo, nº de série, tipo, capacidade, tensão, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos e/ou componentes;

1.8.3.1. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à Contratante, solicitando autorização para execução dos serviços.

1.8.3.2. A manutenção corretiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a serem mantidos e incluirá o fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios. Nesse caso, a CONTRATADA deverá encaminhar no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos da detecção da falha do equipamento o relatório técnico do problema, juntamente com todos os materiais de consumo, ferramentas, peças e componentes a serem fornecidos pela CONTRATADA, necessários para a realização do serviço.

1.8.3.3. Para cada evento de manutenção corretiva identificado, deverá ser gerada imediatamente uma Ordem de Serviço Corretiva, independente da data de conclusão do serviço.

1.8.3.4. A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, componentes ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo 05 (cinco) dias úteis;

1.8.3.5. A formalização imediata da comunicação à Contratante quando

houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pela fiscalização técnica do Contrato;

1.8.3.6. Não será justificativa da não normalização dos **Elevadores e Plataformas**: imprudência, incompetência ou negligência da CONTRATADA; má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA; falta de material de consumo; incapacidade em realizar testes.

1.8.4. **Preditiva**: tem por objetivo observar e monitorar as condições de operação dos equipamentos, o rendimento operacional, e outros indicadores da condição operativa das máquinas, a partir dos quais será possível determinar o intervalo máximo entre reparos, melhorando a produtividade e qualidade do produto.

1.8.4.1. Algumas manutenções preditivas estão previstas nas rotinas mínimas de manutenção preventiva. Tais testes, além de outros testes preditivos, deverão ser repetidos caso haja dúvidas nos resultados, nos métodos de coleta de amostras, ou em outros fatores que possam comprometer o resultado das análises, sem ônus para a Contratante.

1.9. A CONTRATADA deverá incluir nos seus relatórios os resultados e conclusões obtidos nas manutenções preditivas;

1.10. As análises desses resultados deverão orientar as ações das manutenções futuras da CONTRATADA;

1.11. A contratada deverá realizar periodicamente análise de óleo para subsidiar intervenções de substituição do fluido utilizado na unidade hidráulica;

1.12. A CONTRATADA deverá, ainda, observar os seguintes itens:

1.12.1. Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações e equipamentos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários, salvo os previstos neste documento.

1.12.2. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA; exceto os previstos neste documento.

1.13. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

1.13.1. As rotinas de manutenção preventiva relacionadas a seguir são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do início da execução dos serviços, providenciar TODAS as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos equipamentos ou para otimizar os processos, seguindo recomendação dos fabricantes. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia da fiscalização técnica do Contrato, de forma a verificar sua adequação.

1.13.2. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas ou a periodicidade, bastando comunicar por escrito à CONTRATADA, a qual terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para promover os acertos necessários.

1.13.3. A Tabela abaixo apresenta as rotinas mínimas de manutenção preventiva com suas respectivas periodicidades:

M	Mensal
B	Bimestral
T	Trimestral
Q	Quadrimestral
S	Semestral
A	Anual

Equipamento	Descrição do Serviço - Geral	M	B
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento e integridade do painel de operação.		X
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento e integridade do interfone ou intercomunicador na cabina e portaria.	X	
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento e limpeza das lâmpadas, fixação e limpeza do subteto e funcionamento e limpeza do ventilador.		X
Elevador/Plataforma	Verificar integridade dos painéis de acabamento, frisos e piso, inclusive as placas indicativas.		X
Elevador/Plataforma	Verificar integridade do guarda corpo e espelho (fixação, quebra, riscos, amassados e falta de parafusos).		X
Elevador/Plataforma	Verificar portas, correções e réguas de segurança (funcionamento, fixação, quebra, alinhamento, folgas, ajustes, ruídos e limpeza).	X	
Elevador/Plataforma	Verificar integridade e funcionamento do indicador (quebrado, setas, segmento ou lâmpadas queimadas).		X
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento dos comandos cabineiro, ventilador e banquetta (manual/automático, comando de lotado).	X	
Elevador/Plataforma	Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando há movimentação da cabina.	X	

Equipamento	Descrição do Serviço – Pavimento	Q	S
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento e integridade das botoeiras e indicadores (quebrado, mal afixado, funcionamento das setas, segmentos e lâmpadas).	X	
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento e integridade das portas e soleiras (fixação e limpeza e lubrificação).	X	
Elevador/Plataforma	Verificar aceleração, desaceleração e nivelamento.		X

Equipamento	Descrição do Serviço – Cabina (Em Cima)	M	T	S
Elevador/Plataforma	Verificar aparelho de segurança (estado dos componentes, acionamento do contato elétrico manualmente).	X		
Elevador/Plataforma	Verificar correções superiores, estado das correções, desgaste dos nylons e folga entre a guia, lubrificar e limpar graxas, fixação de elementos.		X	
Elevador/Plataforma	Verificar operador de portas (tensão e desgaste da corrente, correia e cabo de aço, desgaste dos roletes do carrinho, funcionamento e folga dos microinterruptores, fixação do motor, tampa e ajuste do freio magnético, ajusta caixa de came, roletes, freio do motor operador e tensionamento dos cabos).		X	
Elevador/Plataforma	Limpar teto e estrutura.			X

Equipamento	Descrição do Serviço - Geral	M	B	S
Elevador/Plataforma	Limpar a casa de máquinas	X		
Elevador/Plataforma	Verificar proteções e conexões (Painel de força, reaperto geral, chaves de força, chave disjuntora, condições dos fusíveis do quadro de comandos, estado e isolamento dos condutores, aquecimento anormal, oxidação e limpeza das conexões, funcionamento mecânico).		X	
Elevador/Plataforma	Verificar quadro de comando (reapertar fiações em geral, verificar desgaste das contadoras, chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos, fixação dos relés, módulos eletrônicos, conexões das chaves, temporizadores, relés, circuito de proteção, transformadores, LEDs de monitoração dos comandos microprocessados, retirar excesso de poeira com pincel).			X
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento da bateria e fonte de luz de emergência (desligar o disjuntor de iluminação da cabine e verificar nível de água da bateria).	X		
Elevador/Plataforma	Verificar máquina e cabos de tração (nível do óleo da máquina, vazamentos em vedação, nível de óleo no coletor, retentor, ruídos e desgaste de rolamentos ou buchas e coroa/sem-fim e acoplamentos, existência de limalha de ferro e desgaste na polia, arames rompidos nos cabos, limpeza).			X
Elevador/Plataforma	Verificar motor de indução (nível de óleo dos mancais do motor, desgastes e ruídos nos acoplamentos do motor, limpeza, verificar e anotar temperatura de funcionamento e parâmetros de funcionamento).			X
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento do interfone ou intercomunicador (cabina, portaria e casa de máquinas).			X
Elevador/Plataforma	Verificar limite final de subida e limite final de descida.			X
Elevador/Plataforma	Verificar aparelho de segurança.			X
Elevador/Plataforma	Verificar unidade hidráulica (vazamentos, conexões elétricas e mecânicas, nível do óleo e funcionamento da válvula de emergência).			X
Elevador/Plataforma	Verificar trocador de calor (funcionamento, vazamentos e limpeza).		X	

Equipamento	Descrição do Serviço - Poço	M	B	T
Elevador/Plataforma	Verificar aparelho de segurança (funcionamento, estado dos componentes e seio do cabo de manobra).	X		
Elevador/Plataforma	Verificar correções inferiores (estado das correções e desgaste dos nylons e folga entre guia, limpar e lubrificar graxeiros).			X
Elevador/Plataforma	Verificar para-choques e cornija (verifica a capa hidráulica, nível do óleo, fixação, funcionamento do pistão hidráulico, acionamento do contato elétrico manualmente, limpar cornija).			X
Elevador/Plataforma	Verificar fundo do Poço (limpeza).		X	

Equipamento	Descrição do Serviço – Unidade Hidráulica	M	T	Q	S
Elevador/Plataforma	Verificar limites de parada de subida (limpeza, fixação, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos).	X			
Elevador/Plataforma	Verificar guias e suportes (limpeza, lubrificação).			X	
Elevador/Plataforma	Verificar cabos de manobra e fiação (condições da fiação elétrica e cabos de manobra da caixa corrida, linhas rompidas, oxidação em bornes, obstrução e posição).				X
Elevador/Plataforma	Verificar portas de pavimento e fecho eletromecânico (fixação do dispositivo de arraste, mola, rolete, posição do suporte de acionamento da chave de emergência, cabos e peso de acionamento, tensionamento e lubrificação, limpar conjunto fechamento, acionamento e desacionamento da rampa móvel, verificar irregularidades nas portas, falhas elétricas, portas sem folga e abertura indevida, fixação da tampa, reaperto de fiações/conexões elétricas e braço acionador).			X	
Elevador/Plataforma	Verificar limite de redução de descida (limpeza, lubrificação e acionamento manual).	X			
Elevador/Plataforma	Verificar limite de parada de descida (limpeza, fixação, lubrificação e acionamento manual).	X			
Elevador/Plataforma	Verificar válvula de queda (vazamentos).		X		
Elevador/Plataforma	Verificar conjunto arcadinha (funcionamento, estado e desgaste das corrediças, lubrificar e limpar).		X		
Elevador/Plataforma	Verificar pistão hidráulico (vazamentos, fixação nos suportes dos pistões e conexões).		X		
Elevador/Plataforma	Verificar mangueira hidráulica (vazamentos).	X			

Equipamento	Descrição do Serviço – Plataforma Elevatória	M	B	T	Q
Elevador/Plataforma	Verificar funcionamento e integridade do painel de operação.	X			
Elevador/Plataforma	Verificar limites de parada de subida e descida (limpeza, fixação, lubrificação, desgastes dos canais, eixos e rolamentos).				X
Elevador/Plataforma	Verificar pistão hidráulico (vazamentos, fixação nos suportes dos pistões e conexões).			X	
Elevador/Plataforma	Verificar mangueira hidráulica (vazamentos).		X		

1.13.4. A manutenção mensal poderá incluir ainda:

1.13.4.1. Substituição com fornecimento de componentes, tais como: inversor/variador de frequência do quadro de comando e do operador de porta, cabos de tração, cabos de regulador de velocidade, limitador de velocidade, enrolamento de motores elétricos, motor de tração, carcaças e tampas de motores, carvões e facas de força, dobradiças, bombas de pressão, reguladores, sapatas de guias, lâmpadas de cabine, lâmpadas de sinalização (subida e descida), lâmpadas externas e internas, baterias, fusíveis, reatores e soquetes, operador de porta completo, régua de segurança/feixe infravermelho, indicador de posição e deslocamento, placa de controle principal e placa de controle auxiliar;

1.13.4.2. Revisão e ou substituição com fornecimento do comando das cabines e do poço, roletes, corrediças, contatos, correias, botões,

válvulas, indicadores de direção, interruptores, cigarras, ventilador de cabina, eixo sem-fim, coroa de bronze, porta da cabine e de pavimentos e todas as demais peças indispensáveis ao uso normal dos elevadores e plataformas.

1.14. As substituições ou reparos com fornecimento de peças, acessórios e componentes necessários correrão por conta da Contratada, exceto aqueles decorrentes de mau uso, ato ou omissão de agente que não seja da Contratada.

1.14.1. Na situação relatada no item 1.14, as despesas para o serviço de substituição ou reparo com fornecimento de peças, acessórios e componentes deverão ser custeadas pela CONTRATANTE.

2. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA.

2.1. Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA disponibilizará quantitativo de recursos humanos de seu quadro, no mínimo, nas categorias profissionais constantes abaixo:

2.1.1. PROFISSIONAL TÉCNICO (Técnico(s) Eletromecânico(s)): Profissional (is) com ensino médio completo ou equivalente, com curso técnico, e experiência em suas respectivas áreas comprovada na carteira de trabalho ou outro tipo de contrato. Realizará atividades de manutenção conforme cronograma a ser apresentado no início do contrato bem como visitas técnicas sempre que solicitado pela Contratante.

2.1.2. PROFISSIONAL SUPERVISOR DE MECÂNICA: Profissional (is) formado(s) em Engenharia Mecânica, com registro no CREA e experiência em suas respectivas áreas comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico. O(s) Engenheiro(s) Mecânico(s) será (ão) o(s) coordenador (es) dos trabalhos. Deverá (ão) realizar uma visita mensal de no mínimo 01 (uma) hora de duração, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, e sempre que o profissional designado para o serviço não for capaz de solucionar os problemas existentes. Deverá (ão) apresentar o Relatório de Supervisão Mensal nessa visita.

2.2. A CONTRATADA deverá manter equipe técnica devidamente habilitada disponibilizando tantos profissionais quantos necessários à execução dos serviços.

3. FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS.

3.1. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pregos, pincéis, óleos e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso;

3.2. A CONTRATADA deverá utilizar, sem ônus para a Contratante, todos os equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, produtos, aparelhos de medições, testes indispensáveis e fornecer peças de reposição e componentes à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos;

3.3. Manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações

técnicas;

3.4. Garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha;

3.5. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas, quando necessário será indicado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para esse fim perfeitamente limpa e organizada;

3.6. A CONTRATADA deverá apresentar a fiscalização técnica do Contrato a relação dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC), de acordo com a necessidade dos serviços prestados, elaborada por profissional de segurança do trabalho da CONTRATADA, devidamente assinada pelo responsável. Essa lista deverá ser apresentada juntamente com a relação das ferramentas e equipamentos.

3.7. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização técnica do Contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução;

3.8. A CONTRATADA deverá entregar a fiscalização técnica do Contrato todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos para análise, e, após, se responsabilizar pela destinação (descarte);

3.9. A substituição de peças, equipamentos ou acessórios deverá ser feita pela CONTRATADA, cuja justificativa deverá ser assinada pelo preposto da CONTRATADA;

3.10. A fiscalização técnica do Contrato deverá ser comunicada pela CONTRATADA quando da substituição de peças, que poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes;

3.11. Caso a Contratante constata qualquer negligência por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão-de-obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

3.12. Não serão aceitos materiais de reposição com marcas distintas das existentes, exceto quando caracterizar-se como material “fora de linha”, ou seja, que não é mais fabricado, ou comprovada a equivalência técnica de outra marca, o que, necessariamente, deverá ser comprovado através de testes e ensaios previstos por normas a serem submetidos à análise e aceite prévios da fiscalização técnica do Contrato.

3.13. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da fiscalização técnica do Contrato.

3.14. Se julgar necessário, o gestor/fiscal técnico do Contrato poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA e executados por laboratórios aprovados pela fiscalização técnica do Contrato.

3.15. Os custos de ensaios, verificações e testes de equivalência, de recebimento ou quaisquer outros, deverão estar implícitos nos respectivos custos de equipamentos e materiais não cabendo qualquer reivindicação de ressarcimento pela CONTRATADA.

Anexo IV - ANEXO IV - QUADRO COMPARATIVO.pdf

ANEXO IV
QUADRO COMPARATIVO

Data Abertura	PE	Órgão	SRP		Regime*	Tipo	Objeto			
			Sim	Não			Item		Especificação	Peças de reposição
21.11.19	119	UFPE			I	Menor preço	Grupo 1	13 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de passageiros Atlas Schindler.	Serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, em elevadores de passageiros e carga, e de plataformas de acessibilidade.	Indicadas através de uma lista de peças. As substituições ou reparos com fornecimento de peças, acessórios e componentes necessários correrão por conta da Contratada, exceto aqueles decorrentes de mau uso, ato ou omissão de agente que não seja da Contratada.
							Grupo 2	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de passageiros Basic Elevadores.		
							Grupo 3	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de passageiros Elevadores SUR.		
							Grupo 4	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de passageiros Orona Elevadores.		
							Grupo 5	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de passageiros Otis Elevadores.		
							Grupo 6	11 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em elevadores de passageiros Thyssenkrupp Elevadores.		
							Gripo 7	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em plataformas de passageiros Daiken e Concept.		
							Grupo 8	3 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em plataformas de passageiros GMV Elevadores.		
							Grupo 9	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em plataformas de passageiros Montele Elevadores.		
							Grupo 10	2 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em plataformas de passageiros Ortobras Elevadores.		
							Grupo 11	6 itens: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em plataformas de passageiros Elevadores SUR.		

28.11.19	01	DRE - SM			I		Grupo 1	1 item (62 elevadores)	Serviços de manutenção preventiva, corretiva e conservação de elevadores com fornecimento de peças e mão de obra	Não indicadas. Estão incluídos no preço dos serviços ora contratados os valores respectivos de reposição de peças ou componentes efetuadas por ocasião de reparos de Manutenção Preventiva ou Corretiva.
05.05.20	03	UFOP			I	Menor preço	Grupo 1	9 itens: Manutenção de elevadores (1 item por elevador)	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças, componentes e materiais novos e originais, em 9 (nove) elevadores, e em 20 (vinte) plataformas elevatórias.	Indicadas através de uma lista de peças. O ônus decorrente da substituição das peças, mão de obra, encargos fiscais, materiais de consumo e qualquer outro serviço ou material caberá integralmente à contratada, exceto para os casos decorrentes de negligência, mau uso ou uso indevido ou vandalismo por terceiros.
							Grupo 2	20 itens: Manutenção de plataformas (1 item por plataforma)		
24.12.19	05	IFCE			I	Menor preço	Grupo 1	3 itens: um elevador e duas plataformas	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas elevatórias com fornecimento de peças e materiais.	Indicadas através de uma lista de peças. Os consertos e substituições de peças originais e componentes, pelo uso normal dos equipamentos, devem ser efetuados sem ônus para o contratante.
							Grupo 2	2 itens: cada um para um elevador		
15.05.20	01	SR/PF - MS			I	Menor preço	Grupo 1	1 item: Serviços de manutenção preditiva, preventiva, e corretiva	Serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de 02 (dois) elevadores de passageiros da marca OTIS, com reposição de peças (quando necessária a substituição).	Indicadas através de uma lista de peças. Valores estimados para 118 peças indicados em anexo. A contratada deverá ofertar as peças de reposição com valor unitário não superior ao valor estimativo disposto no anexo,
								1 item: Valor Anual estimado de peças e materiais de reposição		
18.12.19	070	MPPA			I	Menor preço	Grupo 1	1 item: Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, incluído o fornecimento e emprego, sem ônus para este Órgão Ministerial, de peças, componentes e insumos, em 01 (um) elevador de passageiros da marca OTIS, modelo AGNC-0810-9A-MD (elevador sem casa de máquinas e drive regenerativo).	Serviço de manutenções preventiva e corretiva em 1 (um) elevador, com fornecimento e reposição total de peças.	Indicadas através de uma lista de peças. Os materiais, componentes, peças de reposição e insumos necessários a realização das manutenções preventivas e corretivas do(s) elevador(es) e suas instalações serão fornecidos às expensas exclusivas da contratada.
18.03.20	04	JFRS			I	Menor preço	Grupo 1	1 item: manutenção preventiva e corretiva integral de 01 elevador do prédio-sede da Subseção Judiciária de Bento Gonçalves	Serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva integral (com o emprego de peças e de materiais necessários) dos sistemas de transporte vertical.	Não Indicadas. As manutenções preventiva e corretiva englobam a conservação e a assistência técnica dos elevadores, incluindo todos os serviços, materiais, peças de reposição e ferramentais necessários ao funcionamento contínuo e seguro do sistema de elevadores.
								1 item: manutenção preventiva e corretiva integral de 01 elevador do prédio-sede da Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul		

* Regime: (I) Empreitada por preço global / (II) Empreitada por preço unitário / (III) N.I. Não indica

**Anexo V - ANEXO V - RELACAO DE FORNECEDOR .
pdf**

ANEXO VII
RELAÇÃO DE FORNECEDOR
Documento de Formalização de Demanda referente ao
Processo administrativo 23076.044272/2020-54 de 11/08/2020.





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF: Pernambuco

Município:

Porte da Empresa:

Linha de Fornecimento: Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas /

Fornecedores

Caruarú

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
15.693.649/0001-02	AQUARELA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA & SERVICOS LTDA

Olinda

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
70.216.130/0001-41	CONSTRUTORA UMUARAMA EIRELI
11.624.495/0001-46	MMR LOCACAO DE AUTOMOVEIS LTDA
11.863.315/0001-89	R4 METAIS METALURGICA E SERRALHARIA EIRELI
13.840.444/0001-87	RC ENGENHARIA LTDA

Petrolina

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
08.930.024/0001-51	ELETRON TRANSPORTES VERTICAIS LTDA

Recife

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
26.263.607/0001-58	A. P. GONCALVES CONSTRUCOES EIRELI
10.965.978/0001-41	A.S.R. COMERCIO E PRESTADORA DE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
08.845.988/0001-00	ACESSPLUS MANUTENCAO LTDA
07.156.229/0001-69	ADVANTECH ELEVADORES LTDA
16.722.008/0001-00	ATEB ASSISTENCIA TECNICA ELEVADORES BRASIL EIRELI
22.778.636/0001-00	ATIVA SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI
09.424.964/0001-31	COMPETE COMERCIO LTDA
15.337.766/0001-33	D M CORREIA COMERCIO
11.836.848/0001-71	DIBASA COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA
00.028.986/0016-94	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.
29.739.737/0007-06	ELEVADORES OTIS LTDA

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF: Pernambuco

Município:

Porte da Empresa:

Linha de Fornecimento: Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas /

Fornecedores

Recife

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
05.826.340/0001-90	ELEVADORES UNIAO INSTALACOES E SERVICOS LTDA
15.026.942/0001-16	ELEVADORES VERSATIL LTDA
21.854.632/0001-92	G M DANTAS ELEVACAO E GERACAO
08.359.300/0001-73	GEST TECH COMERCIO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
05.441.127/0001-60	GR INDUSTRIAL LTDA
02.255.486/0001-34	HEVILE LOGISTICA E CONSULTORIA INTERNACIONAL LTDA
09.171.792/0001-31	HYUNDAI WOLLK SERVICOS LTDA
23.669.246/0001-56	JL COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS EIRELI
23.500.177/0001-52	LHS SOLUCOES SERVICOS E COMERCIO EIRELI
40.882.060/0001-08	LIDERMAC CONSTRUCOES E EQUIPAMENTOS LTDA
21.048.694/0001-07	MANUTEC SERVICOS E COMERCIO DE CONTROLE DE PONTO E ACESSOS LTDA
28.223.412/0001-00	MARCEL VICTOR MORAIS DE SOUZA 01409748499
14.265.588/0001-10	MUNDO DAS MAQUINAS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA
41.024.183/0001-62	PECAFRIO SISTEMAS TERMICOS LTDA
05.818.964/0001-65	SAFE ELEVADORES LTDA
90.347.840/0008-94	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA
05.902.434/0001-09	WOLLK ELEVADORES INDUSTRIA E SERVICOS LTDA



Emitido em 27/12/2021

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 11/2021 - DME SINFRA (11.97.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/12/2021 10:28)

CARLOS VITOR DA SILVA SARMENTO

CHEFE

1829515

(Assinado digitalmente em 27/12/2021 11:38)

DANIELA LIRA TAVARES

COORDENADOR

2085433

(Assinado digitalmente em 27/12/2021 10:29)

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

DIRETOR

1724595

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **11**
, ano: **2021**, tipo: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **27/12/2021** e o código de verificação:
a37d50791f



Emitido em 29/03/2022

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 13/2022 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/03/2022 07:26)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR - TITULAR

GR (11.01)

Matrícula: 1171268

(Assinado digitalmente em 30/03/2022 08:28)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: 1134695

(Assinado digitalmente em 30/03/2022 06:58)

DANIELA LIRA TAVARES

COORDENADOR - TITULAR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: 2085433

(Assinado digitalmente em 30/03/2022 08:27)

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

DIRETOR - TITULAR

DMC (11.97.12)

Matrícula: 1724595

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **13**
, ano: **2022**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **29/03/2022** e o código de
verificação: **b7e8dddb68**

ANEXO II – IMR

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR
Documento de Formalização de Demanda referente ao
Processo administrativo 23076.044272/2020-5. De 11/08/2020.

1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços de manutenção em equipamentos do tipo Elevador de passageiros, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Edital, do contrato e de seus demais anexos.

2. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO.

3. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de seis indicadores de qualidade:

- Peças empregadas nas manutenções preventivas, corretivas e preditivas ;
- Número de ocorrências (Chamado de manutenção corretiva);
- Tempo para atendimento aos chamados (REQUISIÇÕES DE SERVIÇO);
- Tempo para solução aos chamados (ORDENS DE SERVIÇO);
- Rotinas de manutenção preventiva;
- Acionamento de garantia (Retorno e retrabalho);

3.1. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

3.1.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

3.1.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100

(cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

32. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – PEÇAS EMPREGADAS NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Avaliar as peças empregadas nas manutenções de acordo com o indicado em projeto, manuais de fabricantes e catálogos técnicos.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico do contrato. No momento da ocorrência a empresa será informada.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos 1 ocorrência = 10 Pontos 2 ocorrências = 5 Pontos 3 ocorrências = 1 Pontos 4 ocorrências ou mais = 0 Pontos
Sanções	Para o caso de quatro ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

INDICADOR 2 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (CHAMADO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o funcionamento do equipamento, sem a parada devido à ocorrência de quebra (manutenção corretiva) que ocasione transtorno aos usuários.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Identificação de ocorrência de atraso ou não reposição no mês de referência da medição.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos 1 ocorrência = 15 Pontos 2 ocorrências = 10 Pontos 3 ocorrências = 5 Pontos 4 ocorrências = 1 Ponto 5 ocorrência ou mais = 0 pontos
Sanções	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

INDICADOR 3 - TEMPO PARA ATENDIMENTO AOS CHAMADOS (REQUISIÇÕES DE SERVIÇOS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter as condições satisfatórias de execução do serviço
Meta a cumprir	<p>1.1. O tempo máximo para atendimento a chamados de manutenção corretiva é de 24h;</p> <p>1.2. O tempo máximo para atendimento a chamados de emergência corretiva é de 2h;</p> <p>1.3. O tempo máximo para atendimento das rotinas de manutenção preventivas dependem das periodicidades e constam na Tabela 01 do ANEXO III do EP.</p>
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências ou Análise de relatório com requisições de Serviço não atendidas no tempo previsto, considerando o mês referente à medição.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal setorial do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de Chamados ou Requisições de Serviço registradas com tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Ocorrências ou Requisições de Serviço: (Percentual)</p> <p>Sem atrasos (Percentual = 0) → 10 Pontos.</p> <p>$(0 \% < \text{Percentual} \leq 1,0\%) \rightarrow 8$ pontos.</p> <p>$(1\% < \text{Percentual} \leq 2,5\%) \rightarrow 4$ Pontos</p> <p>$(2,5\% < \text{Percentual} \leq 5,0\%) \rightarrow 0$ Pontos</p>
Sanções	Para os casos que se enquadrarem na faixa $(2,5\% < \text{Percentual} \leq 5,0\%)$, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo, o que será levado em conta pela fiscalização nesta análise quando for o caso.

INDICADOR 4 - TEMPO PARA SOLUÇÃO AOS CHAMADOS (ORDENS DE SERVIÇO)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter as condições satisfatórias de execução do serviço para os equipamentos/sistemas/instalações
Meta a cumprir	<p>1.1. O tempo máximo para solução a chamados de manutenção corretiva é de 120h;</p> <p>1.2. O tempo máximo para solução a chamados de emergência corretiva é de 24h;</p> <p>1.3. O tempo máximo para solução das rotinas de manutenção preventivas dependem das periodicidades e constam na Tabela 01 do ANEXO III do EP.</p>
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências ou Análise de relatório com Ordens de Serviço não atendidas no tempo previsto, considerando o mês referente à medição.
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal setorial do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de Chamados ou Ordens de Serviço registradas com tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Ocorrências ou Ordens de Serviço: (Percentual)</p> <p>Sem atrasos (Percentual = 0) → 10 Pontos.</p> <p>$(0 \% < \text{Percentual} \leq 1,0\%) \rightarrow 8 \text{ Pontos.}$</p> <p>$(1\% < \text{Percentual} \leq 2,5\%) \rightarrow 4 \text{ Pontos}$</p> <p>$(2,5\% < \text{Percentual} \leq 5,0\%) \rightarrow 0 \text{ Pontos}$</p>
Sanções	Para os casos que se enquadrarem na faixa $(2,5\% < \text{Percentual} \leq 5,0\%)$, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	<p>1. O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo, caso que será levado em conta pela</p>

	<p>fiscalização nesta análise de caso a caso;</p> <p>2. Com efeito, a não realização de determinado serviço por razões alheias à vontade da empresa como sala fechada que impede a entrada da equipe para a realização do serviço, ausência de peças no mercado e situações similares, pelas quais a empresa recorrerá de imediato à fiscalização setorial, ou à fiscalização técnica ou gestão a fim de que a mesma não seja penalizada, o que também será analisado pela fiscalização.</p>
--	--

INDICADOR 5 – ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PROCEDIMENTOS PERIÓDICOS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o cumprimento as exigências das rotinas de manutenção preventivas exigidas na Tabela do item 1.13.3 do ANEXO III relacionadas à garantia da vida útil do equipamento.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico ou setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Cada rotina não realizada corresponde a uma ocorrência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos 1 ocorrência = 10 Pontos 2 ocorrências = 5 Pontos 5 ocorrências = 1 Pontos 10 ocorrências ou mais = 0 Pontos
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de dez ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

INDICADOR 6 – ACIONAMENTO DE GARANTIA (RETORNO E RETRABALHO)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a quantidade de vezes que a CONTRATANTE ficou com o equipamento parado devido a retrabalho, ou seja, peça substituída e que tenha dado o mesmo problema.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos 1 ocorrência = 10 Pontos 2 ocorrências = 5 Pontos 3 ou mais ocorrências = 0 Pontos
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de três ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

4. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

4.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

4.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$\text{PONTUAÇÃO TOTAL} = \sum [(\text{Total para o Indicador 1}) + (\text{Total para o Indicador 2}) + (\text{Total para o Indicador 3}) + (\text{Total para o Indicador 4}) + (\text{Total para o Indicador 5}) + (\text{Total para o Indicador 6})]$$

42. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	*0,90

*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Para uma pontuação abaixo de 50 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.

Logo:

$$\text{Valor devido por Nota Fiscal} = [(\text{Valor mensal previsto}) \times (\text{Fator de ajuste de nível de serviço})]$$

5. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos Previstos	Avaliação
1 - PEÇAS EMPREGADAS NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS.	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	10	
	2 ocorrências	5	
	3 ocorrências	1	
	4 ocorrências	0	
2 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (CHAMADO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA).	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	10	
	2 ocorrências	5	
	3 ocorrências	1	
	4 ocorrências	0	
3 - TEMPO PARA ATENDIMENTO AOS CHAMADOS (REQUISIÇÕES DE SERVIÇOS)	Sem atrasos	10	
	(0 % < Percentual ≤ 1,0%)	8	
	(1% < Percentual ≤ 2,5%)	4	
	(2,5% < Percentual ≤ 5,0%)	0	
4 - TEMPO PARA SOLUÇÃO AOS CHAMADOS (ORDENS DE SERVIÇO)	Sem atrasos	10	
	(0 % < Percentual ≤ 1,0%)	8	
	(1% < Percentual ≤ 2,5%)	4	
	(2,5% < Percentual ≤ 5,0%)	0	
	Sem atrasos	10	
5 – ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PROCEDIMENTOS PERIÓDICOS)	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	10	
	2 ocorrências	5	
	5 ocorrências	1	
	10 ocorrências	0	
6 – ACIONAMENTO DE GARANTIA (RETORNO E RETRABALHO)	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	10	
	2 ocorrências	5	
	3 ocorrências	0	
Pontuação Total do Serviço:			



Emitido em 27/12/2021

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 7/2021 - DME SINFRA (11.97.19)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/12/2021 10:28)

CARLOS VITOR DA SILVA SARMENTO

CHEFE

1829515

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: 7,
ano: **2021**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **27/12/2021** e o código de
verificação: **82288eb2f0**

ANEXO III

ORDEM DE SERVIÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../202X
PAPEL PERSONALIZADO DA UFPE

1

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /202X	Processo nº

2

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: fixo: móvel (whatsApp):	E-mail:

3

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

4

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS				
Nº Serviço (cf. qd. 3)	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
TOTAIS				

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017

5

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

6

DEMAIS DETALHAMENTOS

7

DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

8

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

9

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
<p>Recife, de de 202X</p> <hr/> <p>Responsável pela solicitação do serviço</p>	<p>Recife, de de 202X.</p> <hr/> <p>Responsável pela avaliação do serviço</p>

ANEXO IV do TR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2020

ATESTADO DE VISTORIA

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

Atestamos, para os devidos fins, que o Sr.(a). R.G., CPF, indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../202...**

Recife, de de 202...

Superintendência de Infraestrutura
(assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

Representante da licitante

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

1) OBJETO:

Grupo	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Mão de Obra (R\$)	Peças, Lubrificantes e Componentes (Acessórios) (R\$)	BDI (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)

2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso):
R\$ (.....).

3) VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

4) DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS:

A inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

7) DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

Atestamos, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico Nº ____/____ da UFPE, que a Licitante _____, CNPJ _____, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, tem pleno conhecimento do objeto, das condições da licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

Anexo VII

Modelo de Designação do Responsável(is) Técnico(s)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

A licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, DESIGNA como responsável(is) técnico(s) pela execução do serviço **de manutenção de elevadores e plataformas**, objeto do Pregão Eletrônico Nº ____/____, o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s):

Nome do Responsável Técnico	Título profissional	Nº do Registro no CREA	Data de Registro

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

DE ACORDO:

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E VALORES

GRUPO	ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.		
						VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	2	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler , com capacidade de 10 pessoas (750 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 2.036,67	R\$ 24.440,00
	3	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp , modelo MCP7S, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CAA - Bloco K (Pós Graduação), UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 1.896,67	R\$ 22.760,00
	4	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler , com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 2.290,00	R\$ 27.480,00
	7	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler , com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Und	12	R\$ 2.290,00	R\$ 27.480,00
2	1	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Ortobras , com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CCEN - Departamento de Estatística, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.573,33	R\$ 18.880,00
	5	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp , modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 02 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00
	6	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp , modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 03 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.593,33	R\$ 19.120,00
	8	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Orona, com capacidade para transporte de 8 pessoas (630 kg) e com 02 paradas. CNTM. UFPE-Recife	Und	12	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00
	9	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Orona, com capacidade para transporte de 8 pessoas (kg) e com 03 paradas. CCM. UFPE. Recife	Und	12	R\$ 1.644,33	R\$ 19.732,00
	10	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp , com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 03 paradas. CAC - Design, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.256,67	R\$ 15.080,00
	11	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp , modelo VEH 40, com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 02 paradas. Cin - Bloco E (Módulo 4), UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.066,67	R\$ 12.800,00
	12	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Hidráulica, com capacidade para transporte de 2 pessoas (225 kg) e com 02 paradas. CAV. UFPE- Vitória	Und	12	R\$ 1.206,67	R\$ 14.480,00
	13	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Hidráulico Modelo UR-HD, com capacidade de 3 pessoas (225 kg), 02 paradas e velocidade de 0.25 m/s. CAP- Colégio de Aplicação. UFPE- Recife	Und	12	R\$ 1.153,33	R\$ 13.840,00
	14	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma SEM MARCA , com capacidade para transporte de 2 pessoas (400 kg) e com 02 paradas. CEERMA, UFPE - Recife.	Und	12	R\$ 1.066,67	R\$ 12.800,00
						VALOR TOTAL	R\$ 263.692,00

Anexo IX – Planilha de Custos e Formação de Preços

Grupo	Item	COD. SIASG	Especificação	Unidade	Quantidade (E)	COMPOSIÇÃO DO VALOR UNITÁRIO			Valor Máximo Mensal (D=A+B+C)	Valor Máximo Anual (F=DxE)
						Mão de Obra (A)	Peças, Lubrificantes e Componentes (Acessórios) (B)	BDI (C)		
1	2	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Alias Schindler, com capacidade de 10 pessoas (750 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s, CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Mês	12					
	3	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo MCP7S, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CAA - Bloco K (Pós Graduação), UFPE - Caruaru.	Mês	12					
	4	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Alias Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s, CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Mês	12					
	7	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Alias Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg), 04 paradas e velocidade de 1 m/s, CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	Mês	12					
	1	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Órbitras, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 04 paradas. CCEN - Departamento de Estatística, UFPE - Recife.	Mês	12					
	5	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 02 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Mês	12					
	6	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo Amazon para deficientes físicos, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600 kg) e com 03 paradas. CCSA, UFPE - Recife.	Mês	12					
2	8	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Oroni, com capacidade para transporte de 8 pessoas (630 kg) e com 02 paradas. CNTM, UFPE-Recife	Mês	12					
	9	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Oroni, com capacidade para transporte de 8 pessoas (kg) e com 03 paradas. CCN, UFPE, Recife	Mês	12					
	10	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp, com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 03 paradas. CAC - Design, UFPE - Recife.	Mês	12					
	11	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp, modelo VEH 40, com capacidade para transporte de 2 pessoas (250 kg) e com 02 paradas. Cin - Bloco E (Módulo 4), UFPE - Recife.	Mês	12					
	12	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Hidráulica, com capacidade para transporte de 2 pessoas (225 kg) e com 02 paradas. CAV, UFPE - Vitória	Mês	12					
	13	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Hidráulico Modelo UR-HD, com capacidade de 3 pessoas (225 kg), 02 paradas e velocidade de 0,25 m/s. CAP - Colégio de Aplicação, UFPE-Recife	Mês	12					
	14	3557	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Plataforma Elétrica Thyssenkrupp, com capacidade para transporte de 2 pessoas (400 kg) e com 02 paradas. CEERMA, UFPE - Recife.	Mês	12					

**ANEXO X DO TR - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA/INSTALAÇÃO E
COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

Declaro, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico Nº ____/____ da UFPE, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva, e corretiva, dos ELEVADORES DE PASSAGEIROS E PLATAFORMAS DE ACESSIBILIDADE instalados em prédios do Campus Recife e do Campus Caruaru da UFPE, que a Licitante _____, CNPJ _____, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, possui, na presente data ou instalará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório na cidade de *(inserir cidade/estado)*, na condição de: () matriz () filial.

Licitante localizada no seguinte endereço:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Declaro ainda, manter a referida unidade em atividade durante toda a vigência do contrato em caso de adjudicação de nossa proposta.

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

Anexo XI do Termo de Referência
Percentuais Máximos de BDI (com e sem CPRB)



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Infraestrutura
Diretoria de Planos e Projetos

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA TAXA DE BDI

OBRA:	
LOCAL:	CAMPUS RECIFE

ENCARGOS		PERCENTUAL (%)
AC	Administração Central	4,00
R	Risco	0,97
S+G	Seguro e Garantia	0,80
DF	Despesa Financeira	0,19
L	Lucro	7,40
I	Impostos	11,65
	ISS	3,50
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	CPRB	4,50
	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$	28,81%



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Infraestrutura
Diretoria de Planos e Projetos

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA TAXA DE BDI (FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

OBRA:	
LOCAL:	UFPE

ENCARGOS		PERCENTUAL (%)
AC	Administração Central	3,45
R	Risco	0,85
S+G	Seguro e Garantia	0,48
DF	Despesa Financeira	0,19
L	Lucro	5,11
I	Impostos	8,15
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	CPRB	4,50
	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$	20,13%



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Infraestrutura
Diretoria de Planos e Projetos

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA TAXA DE BDI

OBRA:	
LOCAL:	CAMPUS RECIFE

ENCARGOS		PERCENTUAL (%)
AC	Administração Central	4,00
R	Risco	0,97
S+G	Seguro e Garantia	0,80
DF	Despesa Financeira	0,19
L	Lucro	7,40
I	Impostos	7,15
	ISS	3,50
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
$BDI = \left(\left(\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$		22,56%



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Infraestrutura
Diretoria de Planos e Projetos

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA TAXA DE BDI (FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

OBRA:	
LOCAL:	UFPE

ENCARGOS		PERCENTUAL (%)
AC	Administração Central	3,45
R	Risco	0,85
S+G	Seguro e Garantia	0,48
DF	Despesa Financeira	0,19
L	Lucro	5,11
I	Impostos	3,65
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$	14,52%



Emitido em 05/07/2022

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 50/2022 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/07/2022 12:35)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR - TITULAR

GR (11.01)

Matrícula: 1171268

(Assinado digitalmente em 05/07/2022 15:11)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: 1134695

(Assinado digitalmente em 05/07/2022 16:20)

CARLOS VITOR DA SILVA SARMENTO

DIRETOR - SUBSTITUTO

DMC (11.97.12)

Matrícula: 1829515

(Assinado digitalmente em 05/07/2022 12:57)

DANIELA LIRA TAVARES

COORDENADOR - TITULAR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: 2085433

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **50**
, ano: **2022**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **05/07/2022** e o código de
verificação: **ac3b5d06c6**

ANEXO II

PROPOSTA DA EMPRESA

ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	PEÇAS, LUBRIFICANTES E COMPONENTES (ACESSÓRIOS) (R\$)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL R\$			PREÇO TOTAL ANUAL R\$
							SEM BDI	BDI	COM BDI	
1	2	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Elétrico Atlas Schindler, com Und. 12 615,00 300,00 2.036,42 24.437,04 capacidade de 10 pessoas (750 kg), 04 paradas e velocidade de 1 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru	UND	12,00	1.000,00	661,65	1.661,65	374,86	2.036,51	24.438,12
2	3	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Thyssenkrupp, modelo MCP7SC, com capacidade para transporte de 8 pessoas (600kg) e com 04 paradas. CAA - Bloco K (Pós Graduação), UFPE - Caruaru.	UND	12,00	1.000,00	547,00	1.547,00	349,00	1.896,00	22.752,00
3	4	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Eletrico Altas Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg) e com 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	UND	12,00	1.200,00	668,00	1.868,00	421,41	2.289,41	27.472,92
4	7	Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Elevador Eletrico Altas Schindler, com capacidade de 13 pessoas (1000 kg) e com 04 paradas e velocidade de 1 m/s. CAA - Bloco de Medicina, UFPE - Caruaru.	UND	12,00	1.200,00	668,00	1.868,00	421,41	2.289,41	27.472,92
								VALOR TOTAL:		102.135,96



VALOR TOTAL: R\$ 102.135,96 (CENTO E DOIS MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, 17 DE MARÇO DE 2023

WAGNER ALVES DOS SANTOS
DIRETOR EXECUTIVO
CPF: 91.418.975-87



Emitido em 10/07/2023

CONTRATO Nº 891/2023 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/07/2023 13:46)

CARLA NERES DE SOUZA

COORDENADOR - SUBSTITUTO

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: 1864848

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:
891, ano: **2023**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **10/07/2023** e o código de verificação: **6a6ee5600e**